



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA**

**FERNANDA DA SILVA RODRIGUES**

**A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DO  
CPDOC.**

**RIO DE JANEIRO  
2017**

**FERNANDA DA SILVA RODRIGUES**

**A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DO  
CPDOC.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Arquivologia, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.  
Orientador: Eliezer Pires da Silva.**

**RIO DE JANEIRO  
2017**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UNIRIO**

R696 Rodrigues, Fernanda Da Silva  
A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS INSTRUMENTOS DE  
PESQUISA DO CPDOC. / Fernanda Da Silva Rodrigues. --  
Rio de Janeiro, 2017.  
70-74

Orientador: Eliezer Pires da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,  
Graduação em Arquivologia, 2017.

1. Descrição Arquivística. 2. Representação. 3.  
NOBRADE. 4. Instrumentos de Pesquisa. 5. CPDOC. I.  
Silva, Eliezer Pires da, orient. II. Título

**FERNANDA DA SILVA RODRIGUES**

**A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DO  
CPDOC.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola  
de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção  
do Grau de Bacharel em Arquivologia.**

**Aprovado em:**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Professor Eliezer Pires da Silva**

---

**Professora Mariana Lousada**

---

**Professor Flávio Leal da Silva**

As três pessoas mais importantes e inspiradoras desse mundo, Rosângela, Roberto e Roberta com todo amor que houver nessa vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, inteligência suprema causa primária de todas as coisas, o meu melhor amigo nos momentos de dificuldade e aflição.

Aos meus pais, Roberto e Rosângela por todo o incentivo e apoio emocional ao longo desses meus 28 anos de vida. Nada que eu faça será suficiente para retribuir o amor que vocês me dedicam.

A minha irmã Roberta, uma pessoa guerreira que embora não saiba me serve de inspiração nas minhas metas e objetivos.

Ao meu companheiro José Matos por estar ao meu lado sempre, e pelas inúmeras vezes em que fala pra mim “que tudo vai dar certo”.

Ao meu orientador querido, professor Eliezer Pires da Silva, por toda a orientação dada, mas principalmente pela amizade e incentivo.

Aos professores Mariana Lousa e Flávio Leal da Silva pela análise e apreciação do trabalho.

Aos meus colegas, Juliane, Mário, Bruna, Alessandra, Ana Paula, Andrea e Juliana pelos momentos de apoio e por tornarem a minha experiência do curso mais alegre.

A minha família em geral, e a minha vizinha especial simplesmente por existir.

As minhas colegas de trabalho, Livia, Verônica, Lúcia e Luzimar por tornarem o meu dia a dia mais divertido, e em especial a esta última pelas inúmeras vezes que revisou os meus trabalhos.

A meu amigo Leandro Oliveira, que apesar da distância se faz presente.

E a todos os profissionais que nas suas práticas diárias contribuem para uma ampliação do acesso da sociedade aos documentos e informação.

## RESUMO

A descrição arquivística como conceito e prática se desenvolveu ao longo do tempo, levando ao surgimento de um processo de normatização com o advento de normas que permitiram uma padronização das descrições, e na criação de instrumentos de pesquisa, enquanto seus produtos. O contexto atual marcado pela emergência de um paradigma tecnológico, que tomou forma nos anos 60 e vem se ampliando mais a cada dia trás grandes desafios para os profissionais que lidam com a informação, porém também oferece inúmeras possibilidades de disponibilização de acervos. Dessa forma esse trabalho apresentou como questão norteadora pensar em como os documentos estão sendo disponibilizados dentro dessa conjuntura, e quais os tipos de estratégias descritivas as insituições estão desenvolvendo para disponibilizar os seus acervos. A análise levou ao Centro de Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), pela importância dessa instituição para estudos retrospectivos da história recente do país, e tendo em vista os recursos de pesquisa disponibilizados online. Foi realizada a análise empírica de dois instrumentos de pesquisa do CPDOC, o Guia de Arquivos e a base de dados Accessus, que permitiram a compreensão daquela questão e de alguma forma contribuíram para o entendimento de como a própria área da Arquivologia se mostra em termos de desenvolvimento na atualidade, o que se reflete no uso dos seus conceitos na prática cotidiana dos profissionais que atuam a frente das instituições que disponibilizam os seus acervos, além de contribuir para o debate acerca deste tema que embora apresente trabalhos é um assunto bastante relevante para a área.

Palavras-chave: Descrição Arquivística, instrumentos de pesquisa, NOBRADE, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Guia de Arquivos, Accessus.

## ABSTRACT

Archival description as a concept and practice has developed over time, leading to the emergence of a standardization process with the advent of standards that allowed a standardization of the descriptions undertaken, and the creation of research instruments, as products of that archival function. The current context marked by the emergence of a technological paradigm, which took shape in the 1960s and has been expanding more each day brings great challenges for professionals dealing with information, but also offers numerous possibilities of making available collections. In this way, this work presented as a guiding question to think about how the documents are being made available within this conjuncture, and what types of descriptive strategies the institutions are developing to make their collections available. The analysis led to the Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (CPDOC), for the importance of this institution for retrospective studies on the recent history of the country, and in view of the research resources made available online. The empirical analysis of two research tools from the CPDOC, the Archives Guide and the Accessus database, which allowed the understanding of this question and in some way contributed to the understanding of how the area of Archivology itself is shown in terms of Current practice of the professionals who work in front of the institutions that make their collections available, as well as contributing to the debate on this theme, although presenting papers is a very relevant subject for the area.

Keywords: Archival description, research instruments, NOBRADE, Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (CPDOC), Guide to Archives, Accessus.



## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                            |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1- Página Inicial.....                                                                              | 48 |
| Figura 2- Área de Identificação nível fundo.....                                                           | 50 |
| Figura 3- Área de Contextualização nível fundo.....                                                        | 52 |
| Figura 4- Área de Conteúdo e Estrutura nível fundo .....                                                   | 53 |
| Figura 5- Área de Condições de Acesso e Uso nível fundo .....                                              | 54 |
| Figura 6- Área de Fontes relacionadas nível fundo.....                                                     | 54 |
| Figura 7- Área de Notas nível fundo.....                                                                   | 55 |
| Figura 8- Área de Controle da Descrição nível fundo.....                                                   | 55 |
| Figura 9- Área de Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos nível fundo.....                                | 56 |
| Figura 10- Página que dá acesso ao Guia de Arquivos.....                                                   | 58 |
| Figura 11- Fundo João Goulart no Guia de Arquivos do CPDOC.....                                            | 60 |
| Figura 12- Busca simples, arquivo João Goulart, opção entrevista.....                                      | 61 |
| Figura 13- Busca simples, arquivo João Goulart, opção entrevista/entrevista temática ou bibliográfica..... | 64 |
| Figura 14- Busca avançada, Arquivo João Goulart, opção textual.....                                        | 65 |
| Figura 15- Busca avançada, Arquivo João Goulart, opção textual.....                                        | 65 |
| Figura 16- Busca avançada, Arquivo João Goulart, opção textual/figura.....                                 | 67 |

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

APPM- Archives, Personal Papers and Manuscripts

CIA- Conselho Internacional de Arquivos

CND-Comitê de Normas de Descrição

CODEARQ-Código de Entidade Custodiadoras de Acervos Arquivísticos

CONARQ-Conselho Nacional de Arquivos

CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CTNDA-Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística

IEB- Instituto de Estudos Brasileiros.

ISAAR(CPF)-International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies,  
Persons and Families.

ISAD(G)-General International Standard Archival Description

ISDF-International Standard for Describing Functions

ISDIAH-International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings

MAD-Manual of Archival Description

NOBRADE- Norma Brasileira de Descrição Arquivística

UNESCO-United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

|                                                                              |    |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....                                                    | 12 |
| <b>2 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA REPRESENTAÇÃO<br/>ARQUIVÍSTICA</b> ..... | 16 |
| <b>2.1 Aspectos históricos e conceituais da descrição arquivística</b> ..... | 16 |
| <b>2.2 Normatização da Descrição Arquivística</b> .....                      | 23 |
| <b>2.3 Instrumentos de Pesquisa em Arquivos</b> .....                        | 33 |
| 2.3.1 Discussão Conceitual.....                                              | 33 |
| 2.3.2 Os tipos Tradicionais.....                                             | 34 |
| 2.3.3 As novidades emergentes.....                                           | 40 |
| <b>3 ANÁLISE EMPÍRICA</b> .....                                              | 43 |
| <b>3.1 O CPDOC enquanto instituição custodiadora</b> .....                   | 43 |
| <b>3.2 Acervo João Goulart como arquivo</b> .....                            | 47 |
| 3.2.1 Descrição do João Goulart no Guia de Arquivos do CPDOC.....            | 57 |
| 3.2.2 Descrição do João Goulart na base de dados Accessus.....               | 62 |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                          | 68 |
| <b>5 REFERÊNCIAS</b> .....                                                   | 71 |

## 1 INTRODUÇÃO

Em sua obra *Arquivo Para Todos*, o autor Randall C. Jimerson apresenta três imagens do arquivo, a de Templo, a de Prisão e a de Restaurante. Todas são bastante interessantes e inspiradoras para se refletir sobre o papel dos arquivos na sociedade e do arquivista enquanto profissional que lida com informação, porém para a análise a ser empreendida neste trabalho partiremos da terceira imagem, que nos permitirá pensar sobre a Representação Arquivística<sup>1</sup>.

A imagem de restaurante é aquela que apresenta o arquivo como um ambiente repleto de possibilidades, com um “cardápio” a ser oferecido para os usuários, e nesse aspecto o arquivista atuará como mediador entre estes e o arquivo, interpretando os documentos e refletindo os resultados dessa interpretação em representações que se traduzirão na criação de instrumentos de pesquisa para orientar os usuários nas suas buscas por determinado assunto.

Em termos práticos, para a autora Luciana Heymann<sup>2</sup>, um trabalho arquivístico é desenvolvido através de etapas que no seu conjunto irão contribuir para uma ingerência por parte do arquivista. A primeira delas é a definição dos critérios norteadores da montagem de dossiês, como conjuntos documentais que serão descritos enquanto unidades. A definição destes conjuntos, segunda a mesma, é problemática, uma vez que neste tipo de material, pode ocorrer que um mesmo documento possa tratar de vários assuntos, referindo-se assim a mais de um aspecto da vida do seu titular, o que muitas das vezes obriga o arquivista ao efetuar o arranjo a eleger um determinado aspecto em detrimento de outro quando da inserção do documento no dossiê.

Nesse sentido, ainda conforme a autora é possível identificar uma intervenção do arquivista,

No entanto, é certo também que não se organiza um arquivo sem operar exclusões, sem conferir ênfases e sem estabelecer critérios, sempre subjetivos, capazes de ordenar e permitir o acesso dos usuários à documentação. O acesso só é possível quando os ditos dossiês são descritos, momento em que ocorre uma nova seleção, relativa ao que será arrolado, destacado ou omitido. Como não existe um limite mínimo ou máximo de documentos em cada dossiê, os resumos tanto podem abarcar alguns poucos documentos quanto algumas centenas deles, ou até alguns milhares. (HEYMANN, 1997, p. 50)

---

<sup>1</sup> Aqui neste trabalho o conceito de Representação Arquivística se relaciona com a maneira como os fundos ou acervos são representados, sobretudo através da descrição arquivística e de seus produtos que são os instrumentos de pesquisa.

<sup>2</sup> A autora em questão analisa o arquivo pessoal de Filinto Müller, um dos fundos que compõe o acervo do CPDOC, e por essa razão o seu artigo se mostrou interessante para entendermos a dinâmica do trabalho exercido pelos profissionais desta instituição.

Ainda segundo a mesma essa concepção de interferência do arquivista nas etapas do trabalho arquivístico não é muito considerada na área, sobretudo por parte de autores que ainda enxergam este trabalho com ares de objetividade, porém ressalta que existem autores como Krakovitch que polemizam a questão chamando a atenção para:

As responsabilidades do arquivista na constituição dos *corpus* documentais, destacando a sutileza e abrangência da sua interferência: "(...) não há recenseamento, inventário, trabalho arquivístico, por mais objetivo e repetitivo que ele seja, que não tenha uma parte de subjetivo, de pessoal (...). A escolha, mesmo aquela de um termo de indexação, ou de um fundo entre outros a recolher e organizar, parte evidentemente do arquivista. (KRAKOVITCH *apud* HEYMANN, 1997, p. 49)

Dessa forma tanto a analogia de Jimerson quanto as reflexões teóricas trazidas por Heymann acerca da subjetividade da Representação arquivística nos demonstraram a importância desta atividade no seu papel tanto de representar os documentos arquivísticos - enquanto o reflexo da complexa relação das atividades dos produtores com o acervo - quanto na mediação que fornece entre os documentos e os usuários se constituindo enquanto uma prática arquivística que segundo Haworth “é o coração do trabalho arquivístico”. (ANDRADE e SILVA, 2008, p. 17)

Em um contexto da chamada Sociedade da Informação<sup>3</sup>, na qual existe a “emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação que começaram a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual para todo o mundo” (CASTELLS, 1999, p.7), trazendo uma série de mudanças, entre elas a forma de se lidar, produzir e acessar a informação, é de suma importância compreender de que maneira essa está sendo disponibilizada para os usuários.

Atrelado a isso, no que se refere especificadamente a Arquivologia, segundo Jardim, nos anos 90 do século XX, “as características da chamada Sociedade da Informação, têm propiciado o surgimento de novos elementos aos processos de produção, gerenciamento e utilização de arquivos” (JARDIM, 1992, p 36), além de trazerem para essa disciplina novas problemáticas em torno de aspectos teóricos e práticos, onde:

---

<sup>3</sup> CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à política. In. CASTELLS, Manuel; GUSTAVO CARDOSO (orgs). **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à ação política**. Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 439p.

São questionados os objetos, os métodos, os princípios teóricos, a perspectiva não custodial, o funcionamento das instituições e serviços, as formas de uso e transferência da informação arquivística, a preservação, a identidade do arquivista, a sua formação, etc. (JARDIM, 2012, p 138) <sup>4</sup>.

Nesse aspecto, analisar a representação arquivística por si só já denota relevância para a área, porém com este trabalho busca-se contribuir para o debate através da análise empírica de um acervo e um fundo significativo da história do país, que nos permitirá *refletir acerca da representação da informação neste contexto atual da Sociedade da Informação*, da web, onde os acervos são disponibilizados na rede e acessados facilmente.

Sendo assim será possível responder outros questionamentos, como por exemplo: *como os nossos documentos estão sendo disponibilizados no cenário atual na web?, que tipo de iniciativas ou estratégias com relação a descrição estão sendo empreendidas pelas instituições neste contexto desafiador? Ou em resumo, que tipo de representação está sendo conduzida pelas instituições no Brasil?*.

Para viabilizar tal investigação optou-se por selecionar o acervo arquivístico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), pela importância dessa instituição para estudos retrospectivos sobre a história do país no século XX, e tendo em vista os recursos de pesquisa disponibilizados online, porém por questões metodológicas iremos analisar especificadamente os instrumentos de pesquisa como base da representação do fundo do ex- presidente João Goulart considerando a existência de sua identificação tanto no guia de arquivos quanto na base de dados Accessus do CPDOC.

Sendo assim através dessa análise objetiva-se de forma geral compreender de que maneira está sendo conduzida a representação do fundo João Goulart através da investigação daqueles instrumentos de pesquisa, e especificadamente avaliar estes instrumentos, no que tange a maneira como as informações são disponibilizadas, a fim de identificar como os conteúdos dos documentos são descritos, se existe algum padrão ou norma para a descrição de forma objetiva, ou se há uma metodologia própria ou fica a cargo da interpretação dos profissionais.

---

<sup>4</sup> O presente texto de José Maria Jardim encontra-se em livro organizado por Marta Lígia Pomim Valentim: JARDIM, José Maria “A Pesquisa em Arquivologia”. VALENTIM, Marta Lígia, (org) **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília. Oficina.Universitária.;São.Paulo.:Cultura.Acadêmica,.2012..

A fundamentação teórica-metodológica envolveu a compreensão da evolução do conceito de representação arquivística, sobre o processo de elaboração de uma normatização, e sobre os instrumentos de pesquisa enquanto produtos daquela atividade, que nos possibilitou analisar a realidade específica do fundo João Goulart enquanto arquivo e do CPDOC enquanto instituição custodiadora.

Com relação à metodologia o tipo de pesquisa a ser utilizado será o descritivo, enquanto “o procedimento que visa, como o próprio termo indica, descrever e caracterizar fenômenos e populações, estabelecendo relações entre variáveis intervenientes e fatos (MARQUES *apud* DANTAS, 2015, p. 23).

Nesse aspecto será instituída conceitualmente, de forma descritiva, uma revisão de literatura acerca da representação arquivística, de sua normatização e os instrumentos de pesquisa, para posteriormente ser descrita a experiência empírica de análise da realidade do fundo escolhido a partir das reflexões que a parte conceitual suscitar.

Após uma reflexão sobre as questões a serem pensadas a divisão deste trabalho coube em três capítulos. O primeiro deles busca identificar as perspectivas contemporâneas da Representação Arquivística através de sua evolução histórica e conceitual, da normatização e do seu produto que são os instrumentos de pesquisa, de forma a traçar um panorama deste conceito até os dias atuais.

No segundo será empreendida a análise empírica do objeto de análise que é o fundo João Goulart, através da compreensão deste enquanto arquivo e da forma como é representado na NOBRADE, e do CPDOC enquanto instituição custodiadora, bem como analisar a sua representação tanto no guia quanto na base de acesso.

No último capítulo destinado as considerações finais serão confrontadas as partes conceituais e empírica, traduzidas nas reflexões que serão permitidas a partir desta análise.

## 2 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA.

Para emprendermos a análise acerca da representação é de suma importância que compreendamos como é visto o seu conceito na literatura da área e como ele se desdobra em termos práticos. Dessa forma nesse capítulo a Representação Arquivística será apresentada em três aspectos distintos.

No primeiro deles serão retratados os aspectos históricos e conceituais da representação, no segundo o processo de Normatização da representação arquivística e no último os instrumentos de pesquisa em arquivos, tanto os tradicionalmente conhecidos quanto uma proposta de uma nova geração de instrumentos de pesquisa.

### 2.1 Aspectos históricos e conceituais da Representação Arquivística.

Segundo o autor Thiago Henrique Bragato Barros, a Arquivologia é uma área em construção teórica recente apresentando por conta disso, problemas de definição terminológica em relação a muitos de seus conceitos, inclusive no que tange a representação.

Dessa forma para que possamos compreender melhor este conceito e perceber de que forma ele foi se modificando ao longo do tempo é importante que analisemos os seus aspectos históricos e conceituais.

A atividade de descrever sobre os documentos de arquivo “esteve presente desde os tempos mais remotos, e seus objetivos mudaram com o passar do tempo especialmente após a Revolução Francesa (BARROS; TOGNOLI, 2015), sendo até hoje revisto e dado novos significados.

Por conseguinte e do ponto de vista histórico, conforme aponta Luciana Duranti (apud ANDRADE e SILVA, 2008, p. 17) é possível identificar registros da atividade de descrever desde 1500 a.c.<sup>5</sup>, através dos repertórios de documentos que eram registrados em tabletes de argila. De acordo com a autora a razão para compilar repertórios era para subsidiar a administração, além de permitir o transporte dos arquivos e a preservação do seu conteúdo em caso de deslocamento súbito, devido à guerra, incêndios etc. (apud LEÃO, 2006, p. 13)

Posteriormente a isso nos monastérios e bispados dos impérios Romano e Bizantino eram produzidos registros descritivos que objetivavam preservar o recebimento e emissão de documentos, além de serem realizadas cópias dos documentos por escribas e usuários para

---

<sup>5</sup> Aqui cabe destacar, porém que enquanto *conceito*, segundo a mesma autora, a descrição só fora definida em 1974 no glossário da Society of American Archivists.



consultas externas, o que segundo Leão (2006) se configurava como uma primeira espécie de *registratur*<sup>6</sup>.

Durante a Baixa Idade Média entre os séculos XII e XIV nas cidades estado da Europa, destaca-se a importância dos inventários que forneciam evidências da existência dos documentos, além de preservarem o material em benefício de sucessivos custodiadores.

Com o advento dos estados modernos europeus sucedeu-se uma centralização de poder que levou ao surgimento de grandes arquivos reais, além de gerar por parte dos governantes a necessidade de conhecer a vida dos governados da época anterior da Idade Média, levando a uma coleta de informações.

Como resultado os arquivos apresentavam uma função jurídico-administrativa, não havendo uma preocupação com pesquisa ou acesso, e a descrição se estabelecia na prática através da compilação de índices e de ferramentas de referência.

Com a Revolução Francesa que trouxe uma série de mudanças políticas, sociais, administrativas, houve a reunião da documentação oficial dispersa em um Arquivo Nacional e os arquivos passaram a ser abertos aos cidadãos. Porém neste primeiro momento o uso permanecia jurídico-administrativo, com os documentos servindo como instrumentos de informação administrativa e como testemunhos das relações do Estado com os cidadãos, somente alterando-se na metade do século XIII, com um aumento da pesquisa feita por historiadores e o uso dos arquivos passando a ter propósitos culturais.

Em suma, como destaca Leão (2006), inicialmente a descrição arquivística se relacionava ao controle dos acervos, concepção esta que perdurou até o século XIX, modificando-se apenas na época do Iluminismo quando houve reformas administrativas na França que provocaram o fechamento dos fundos produzidos pelas estruturas burocráticas anteriores àquelas reformas.

Posteriormente a esse contexto a descrição assumiu uma função cultural primária, além de apresentar-se enquanto solução para o problema da organização dos arquivos que era estabelecida por temas.

“Os documentos eram descritos item por item, e os mais importantes eram resumidos, de forma que a sua descrição servia frequentemente como um “substituto” dos próprios documentos. Foi então que a idéia de unidade administrativa orgânica de fundos específicos foi encoberta pela da classificação universal. A abrangência do instrumento de pesquisa não era o fundo arquivístico, mas miscelâneas de documentos reunidos pela forma (como as coleções de diplomas

---

<sup>6</sup> Método surgido na Alemanha, no qual “qualquer peça recebida ou enviada por uma administração sobre determinado assunto era objeto de um registro, com um reenvio para o processo do assunto no qual devia ser classificado e ordenado” (Rousseau e Couture *apud* Leão, 2006, p. 14)

que podem ser encontradas na maioria dos arquivos europeus) ou pelo assunto, ou o total de acervos do arquivo” (DURANTI *apud* LEÃO, 2006, p. 18 )

Como resultado desse tipo de organização ocorreu o desmembramento e dispersão dos fundos, que gerou como consequência a perda da organicidade dos documentos. Diante disso pensou-se em primeiramente reorganizar os fundos fisicamente, porém esta idéia se mostrou dispendiosa, apresentando-se como solução a utilização da descrição enquanto estratégia para reconstituir a ordem original dos fundos.

“Dessa forma, o arranjo físico tornou-se distinto da classificação, e as atividades de classificação e de descrição documental convergiram em um empreendimento unificado de representação de informação”( LEAO, 2006, p. 18)

Cabe ressaltar que neste período inicial da Arquivologia, a descrição foi referida no Manual para a Organização e Descrição dos Arquivos, mais conhecido como Manual dos Arquivistas Holandeses<sup>7</sup> de 1898, sendo apresentada como aquela que não privilegia documentos a serem descritos, mas que se baseia no valor histórico, além de ser realizada do mais geral para o mais específico.

Como desdobramento do manual a descrição arquivística se tornou alvo de discussões teóricas e recentemente há a preocupação da descrição refletir os contextos de produção da documentação.

No começo do século XX com a adesão aos princípios de Respeito aos fundos e à Ordem original os arquivos que foram organizados a partir daquele momento foram tratados arquivisticamente a luz desses princípios, tendo o armazenamento dos seus documentos na mesma ordem na qual foram acumulados pelo produtor, e a descrição sendo efetuada de forma a atender o controle e uso administrativo, além de refletir a proveniência e a ordem original. Dessa forma segundo Leão “a descrição nem precedia o arranjo físico, nem tratava os documentos separadamente das suas relações contextuais, mas começava a atuar como uma representação, como um substituto, do material na sua ordem original”. (LEÃO, 2006, p. 20)

Nesse aspecto, em suma, a descrição não mais se estabelecia no sentido de controle do acervo, se tornando tanto uma facilitadora da recuperação dos documentos, quanto permitindo o acesso aos usuários que se tornavam cada vez mais crescentes, sobretudo através da

---

<sup>7</sup> Manual que estabelecia regras nas quais os arquivistas deveriam pautar o seu trabalho. Dentre estas regras cabe destacar o Princípio da preservação da procedência e da ordem original, como um conceito muito importante para a Arquivologia e como uma característica fundamental da organização e descrição arquivística. Além disso, é considerado por alguns autores como o marco inicial da Arquivologia Moderna.

compilação de catálogos, índices, repertórios e todos os tipos de instrumentos de pesquisa. E ainda,

Seu propósito tem sido o de criar uma representação para os documentos que sirva à perpetuação da memória da sociedade, de prover evidência da existência dos documentos, de favorecer a consulta dos pesquisadores em geral e de determinar a significação do material ordenado, esclarecendo as relações de contexto e a relação interna dos documentos. (LEÃO, 2006, p. 21)

Do ponto de vista conceitual especificamente, cabe ressaltar as diferentes contribuições da literatura da área a respeito da descrição arquivística. Nesta análise é possível identificar que a descrição é relacionada a variados pontos, estando relacionada ao acesso; ou vista como uma atividade intelectual desempenhada pelo arquivista; como uma atividade de mediação; como uma função que deva estar intrinsecamente relacionada à classificação ou o arranjo (nesse sentido sendo entendida em algumas visões como uma representação) e até como resultado de um exercício de pesquisa do arquivista que trás um caráter científico ao ato de descrever e uma legitimidade de pesquisador para aquele profissional.

Alguns autores como Ricardo Sodré e Rubens R. G Silva consideram o ato de descrever os conteúdos dos documentos como descrição arquivística, sendo esta “o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicando o contexto deste acervo.” (ANDRADE E SILVA, 2008, p. 16).

Dessa forma o arquivista através de um exercício intelectual que engloba uma interpretação dos documentos, conhecimento histórico sobre o produtor e da época em que aqueles foram produzidos, entre outros aspectos, irá produzir uma representação sobre o acervo tornando-o acessível para o usuário.

Em Heredia Herrera *apud* Barros, a descrição também é concebida como um exercício de análise do arquivista além de funcionar como uma atividade de mediação entre os documentos e os usuários, para este:

A descrição é a análise realizada por um arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação nos conteúdos para os interessados. [...] A descrição é a ponte de comunicação entre os documentos e os usuários. Na cabeça da ponte, está o arquivista, que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação, transmitindo ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 300).

Ainda nessa linha de pensamento, para Rodrigues (2003, p. 217) a descrição é “uma função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de acesso a elas.” Por esse ângulo pode-se entender que para a autora a representação ultrapassa o documento, uma vez que através desta são extraídas outras informações como, por exemplo, as ações, funções, ou o contexto de produção, servindo o documento como um testemunho destas ações realizadas.

Por fim ainda na concepção da descrição enquanto uma atividade de análise, um trabalho interessante é a tese de doutorado de Lucia Maria Velloso de Oliveira que apresenta a descrição arquivística na perspectiva de “uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre um determinado arquivo e o seu acesso” (OLIVEIRA, 2010, p.62).

O que se mostra interessante neste trabalho é a visão da descrição arquivística com uma cientificidade própria do exercício de análise que o arquivista empreende para produzi-la. É através de um processo de investigação que engloba o estudo das funções, ações, contexto, conteúdo, etc, dos documentos, que é produzido o conhecimento sobre determinado arquivo e facilitado o seu acesso. Essa idéia valoriza o profissional arquivista enquanto pesquisador, que se baseia em um arcabouço teórico-metodológico, e legitima a sua prática, uma vez que esta se apresenta como resultado de todo um trabalho de análise.

Alguns outros autores abordam a descrição enquanto uma função arquivística que depende ou se inter-relaciona a outras, podendo até sobrepujar-se, além de que, alguns mais recentes enxergam essa relação enquanto representação. No primeiro caso, destaca-se Couture (1998, p.265) que identifica a descrição “como uma das funções arquivísticas, ao lado da criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação e difusão dos arquivos”. (*apud* OLIVEIRA, 2010, p.71), e Lopez, para o qual

A organização arquivística de qualquer acervo pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição.

Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram. Nesse sentido, podemos afirmar que as atividades de classificação só conseguem ter seus objetivos plenamente atingidos mediante a descrição documental.

Sem a descrição, corre-se o risco de criar uma situação análoga à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação. A classificação arquivística, desprovida das atividades de descrição, somente é inteligível para as pessoas que organizaram o acervo. (LOPEZ, 2002, p.12)

Do ponto de vista da descrição como representação, Yakel (*apud* ANDRADE e SILVA, 2008 p. 18), defende que essa abarca as atividades do arquivista como as de “(re) ordenamento, interpretação e catalogação, criando as substituições e arquiteturas para aquilo que chamou de sistemas de representação”.

Ainda nessa linha, para Barros (2016, p.33) o termo representação tem como concepção predominante na área, a de “uma base para abordagem de duas funções arquivísticas: a classificação e a descrição.”, ou ainda “o arranjo e a descrição dos documentos de arquivo podem ser considerados os dois processos nucleares da teoria e da prática arquivística que compartilham o mesmo objetivo: representar o conhecimento arquivístico”.

Atrelado a isso, ainda segundo Yakel (*apud* ANDRADE e SILVA, 2008 p. 18) a representação engloba o processo de arranjo, descrição e criação de instrumentos de referência, além da criação de sistemas e bases de dados e de informações arquivísticas e de documentos de descrição codificada.

Para Belloto (2004) a representação arquivística se configura enquanto “o elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução”. Para esta autora a descrição e o arranjo são atividades exclusivas da terceira idade e devem ser encaradas como um trabalho ininterrupto. (*apud* ANDRADE e SILVA, 2008, p. 19)

Cabe ainda salientar com relação ao conceito de representação que existem algumas perspectivas mais recentes, como a representação arquivística pós-moderna que se reflete enquanto “uma pesquisa sustentada no contexto, pelo arquivista, sobre a história dos documentos e de seus criadores, produzindo descrições em constante mudança, uma vez que a criação dos documentos e a sua própria história custodial nunca terminam” (COOK *apud* TOGNOLI, 2012, p. 91). Ou ainda uma proposta de representação relacionada à indexação na qual

A compreensão da descrição e classificação enquanto atividades conjuntas possibilita a existência de relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Organização do Conhecimento, possibilitando a primeira abordagens teórico metodológicas constituindo um novo momento para a organização de arquivos e neste universo apropriar-se de metodologias de tratamento, como aquelas presentes nos processos de indexação. Assim, as técnicas de organização e acesso a documentos de arquivo ao longo do tempo foram se refinando e se modificando, neste sentido, a aproximação entre a indexação e a representação em arquivos é mais um passo ao melhor acesso à informação orgânica produzida pelas instituições públicas e privadas. (BARROS, 2016, p. 39)

Por fim cabe ressaltar a abordagem que compreende a representação como algo que carrega uma subjetividade, uma vez que, na prática da descrição o arquivista deixa sua marca, ou seja, suas impressões e interpretações acerca do documento, nesse aspecto:

Vale ressaltar que se entende o documento de arquivo como sendo descritivo, ou seja, objetivo ao descrever uma função e atividade isenta de subjetividade. Contudo, quando o arquivista age sobre o Documento de Arquivo com a intenção de interpretação para representá-lo, este se torna subjetivo, e assim se pode identificar a Manipulação, Competência, Performance e Sanção. (CÂNDIDO, 2014, p. 20)

E ainda segundo o autor, caberá ao arquivista estar ciente desta proposição não podendo mais

Ser passivo ou achar que não trabalha com a subjetividade e que só guarda documentos de arquivo, como no tempo de Jenkison (1922). Hoje o Arquivista, como profissional, tem o dever e a obrigação de proporcionar o acesso aos Documentos de Arquivos, e deve compreender que qualquer processo de representação vai apresentar um grau de subjetividade, por mais que seja objetivo, para preencher um sistema de informação. . (CÂNDIDO, 2014, p. 123).

Por fim cabe esclarecer que ainda no século XX, mas precisamente nas décadas de 1980 e 1990, houve intensas discussões acerca da avaliação<sup>8</sup> que levaram a descrição arquivística voltar a ser objeto de atenção dos pesquisadores. De acordo com Menne- Haritz (*apud* ANDRADE E SILVA, 2008, p. 19), “isso talvez seja evidenciado pelo fato de as normas de descrição arquivística, internacional e brasileira terem sido publicadas exatamente na primeira década do século XXI.

Nesse sentido veremos no próximo tópico deste capítulo como se estabeleceu o processo de normatização da descrição arquivística, quais são as principais normas existentes, e algumas críticas sobre o seu empreendimento.

---

<sup>8</sup> Processo de análise de documentos de arquivo que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 41)

## 2.1 Normatização da Descrição Arquivística

Do ponto de vista histórico a sistematização da descrição não é algo recente, com as primeiras iniciativas remontando ao século XVI, inclusive os arquivistas sempre utilizavam de estratégias para sistematizar a descrição dos documentos, porém em um primeiro momento o que se estabelecia era o registro das informações através do uso de manuais.

Porém como já destacado anteriormente o processo de normatização só foi se constituir no século XXI, nos trazendo a seguinte reflexão: Por que a demora em se estabelecer normas para a descrição de documentos?

Segundo Leão (2006), através de sua análise da literatura da área houve por parte dos arquivistas uma resistência à criação de normas que se justificam em cinco aspectos: o caráter único dos arquivos; a influência do usuário/pesquisador; a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento; o isolamento e a independência dos arquivistas; e por fim a carência de recursos.

Com o tempo esses aspectos foram superados ou se alteraram, a exemplo dos tipos de usuários que tiveram o seu perfil modificado, haja vista que não mais se restringiam a eruditos que demandavam o acesso direto a documentação, e sim de um público mais geral que se utilizava dos instrumentos de mediação.

Arelado a isso outro exemplo é o que se refere à questão do isolamento dos arquivistas, que vem se modificando, uma vez que com as novas tecnologias e com uma nova perspectiva de cooperação, diálogo e interdisciplinaridade, estão ocorrendo maiores iniciativas de intercâmbio de práticas entre os profissionais.

Dessa forma é de suma importância o estabelecimento de normas gerais que possam se constituir enquanto uma experiência compartilhada e que sejam norteadoras para o estabelecimento de normas locais.

No âmbito internacional nos anos 80, nos Estados Unidos da América, na Grã-Bretanha e no Canadá ocorreram às primeiras iniciativas que iriam mais tarde levar a implantação da primeira norma internacional. Sendo estas: o manual APPM (Archives, Personal Papers and Manuscripts), o manual MAD (Manual of Archival Description) e as regras RAD (Rules for Archival Description), respectivamente.

A partir dessas iniciativas nacionais o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) começou a enveredar esforços para a implantação de uma norma internacional de arquivos, sobretudo influenciado pelo contexto tecnológico que começava a se intensificar e pelos

progressos normalizadores da Biblioteconomia, que de certa forma demonstravam as vantagens de se estabelecer uma iniciativa de adoção de procedimentos comuns.

Foi então que em 1988 no Canadá, na cidade de Ottawa, realizou-se uma reunião de especialistas de diversos países para discutir a questão. Os debates se organizaram em torno de três grandes eixos: a) a situação e o uso de normas nacionais em relação à descrição arquivística; b) os aspectos teórico-metodológicos e os trabalhos técnicos no campo da descrição; c) automatização, estratégia de implantação e formação profissional para a consecução de uma normalização (CARBAJO MARTÍN, 1999, apud RODRIGUES, 2003, p.207).

Um ano após a reunião no Canadá em 1989 sucedeu-se outra reunião em Paris de especialistas de vários países, inclusive dos acima citados, que já desenvolviam iniciativas nacionais para dar conta da difícil tarefa de elaborar uma norma de âmbito internacional que pudesse servir de parâmetro para a criação de normas locais que contemplassem as especificidades de cada país. Nessa ocasião fora criada uma Comissão no âmbito do CIA.

Posteriormente, em 1990 ocorreu uma reunião daquela comissão na Alemanha que teve como resultado a elaboração da norma para descrição de documentos arquivísticos ISAD(G) em 1994, que abrangia documentos de todo e qualquer suporte, e se respaldava em procedimentos metodológicos já implementados, além de definir um universo de elementos de descrição para registro de informações tradicionalmente recuperadas. A ISAD(G) tem como objetivos: assegurar a produção de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e troca de informação sobre documentos de arquivo; possibilitar a partilha de dados de autoridade e tornar possível a integração de descrições provenientes de diferentes entidades detentoras num sistema unificado de informação.

Cabe destacar que o Brasil não ficou fora das discussões, e em 1996 durante o CIA ocorrido em Pequim, a comissão deste conselho fora transformada em Comitê de Normas de Descrição (CND), passando esta a integrar permanentemente a estrutura do CIA. Na ocasião sua composição fora modificada e o Brasil teve a oportunidade de designar um representante para compor este comitê, tendo o mesmo como tarefa revisar a segunda edição da ISAD(G). Este representante fora Vitor Manoel Marques Fonseca<sup>9</sup>, escolhido por seu contato anterior com Charles Kescheméti, secretário-executivo do CIA. Segundo o autor,

---

<sup>9</sup> Doutor em História pela UFF. Professor do Depto.de Ciência da Informação do PPGHC e coordenador do Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos da UFF, membro do Comitê Acadêmico Interdisciplinar do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Experts Group on Archival Description e da Programme Commission do International Council on Archives (Conselho



O que me parece que aconteceu foi que o secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, Charles Kesckeméti, que tinha tido um contato mais próximo comigo, com Silvia [de Moura] e com o Jaime [Antunes da Silva] quando da realização do Guia de África, então me escolheu e nomeou para o Comitê de Normas de Descrição. (FONSECA, 2007, p. 4)

Ou ainda,

Acho que Kesckeméti ficou impressionado com o fato do Brasil ter feito em muito pouco tempo um trabalho muito grande, enquanto outros países levaram anos para realizar trabalhos de menor monta. Acho, também, que interessava ao comitê e ao Conselho que o comitê fosse integrado por pessoas de variadas partes do mundo, inclusive da América Latina que, até aquele momento, não tinha nenhum tipo de representação. Então, conjugaram-se vários aspectos nessa história: o desejo do comitê de ter gente de outras áreas, o fato de Kesckeméti conhecer o trabalho de algumas pessoas do Brasil. A indicação foi ratificada pelo Conselho e a instituição assumiu o compromisso de facilitar a minha participação no comitê. (FONSECA, 2007, p. 4)

A norma ISAD(G) não era conhecida no Brasil, não havia sido impressa no país, sendo a única tradução em português a de Portugal. Nesse sentido, a oportunidade de participar do processo de revisão da norma impôs que ela fosse traduzida e divulgada e foi benéfica tanto para o Brasil que não se manteve a margem do processo das discussões, quanto para a própria CND, uma vez que foi integrada a perspectiva de um país afastado dos grandes centros de debate arquivístico e com uma realidade distinta dos demais países em termos de tradição e tecnologia. Dessa forma, o Brasil teve uma participação ativa no processo de elaboração da norma em que,

Promoveram-se encontros e muitas reuniões no Rio de Janeiro. Com isso foram elaborados comentários, sugestões e observações com relação à norma. Tínhamos que preparar para enviar, para garantir que a norma chegasse ao comitê, e ouvíssemos as críticas de uma maneira eficiente. (FONSECA, 2007, p.5)

A ISAD(G) apesar de se instituir enquanto fruto de um debate de vários especialistas, compreendendo o resultado das ideias de todos os envolvidos, por ser internacional, e buscar ser aplicada aos diferentes contextos mostrou um alto grau de generalidade, uma vez que define apenas a macroestrutura da descrição, deixando a definição dos procedimentos

específicos para outras esferas de decisão nacionais e internacionais. Dessa forma a própria CND fomentou a implantação de outras normas internacionais mais específicas, e de normas nacionais, que dessem conta das especificidades locais.

Atualmente além da ISAD(G) existem três normas internacionais para a descrição de documentos de arquivo. A primeira delas ISAAR(CPF) (International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families) que regula a descrição dos produtores de arquivo, a segunda ISDF (International Standard for Describing Functions), regula as funções dos produtores de arquivos, e por último a ISDIAH (International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings), que regula as instituições custodiadoras de acervos arquivísticos.

| <b>NORMA</b>             | <b>EDIÇÃO</b> | <b>DATAS DE DESENVOLVIMENTO</b> | <b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b> |
|--------------------------|---------------|---------------------------------|---------------------------|
| Declaração de Princípios |               | (1988) 1989-1992                | 1992                      |
| ISAD(G)                  | 1ª            | 1990-1993                       | 1994                      |
| ISAAR (CPF)              | 1ª            | 1993-1995                       | 1996                      |
| ISAD(G)                  | 2ª            | 1996-2000                       | 1999                      |
| ISAAR (CPF)              | 2ª            | 2000-2004                       | 2004                      |
| ISDF                     | 1ª            | 2005-2007                       | 2007                      |
| ISDIAH                   | 1ª            | 2005-2008                       | 2008                      |

**Fonte:** Fonseca 2013.

Segundo Fonseca (2013, p. 101) das quatro normas apenas a primeira tem sido aceita e utilizada pelas instituições para desenvolver sistemas de descrição, o que se deve segundo o autor, ao fato desta norma refletir a prática tradicional arquivística, tendo sua descrição voltada unicamente para o documento, baseando-se na proveniência e incluindo as variadas facetas da descrição (FONSECA, 2013, p. 101), enquanto que as demais se referem apenas a componentes específicos de descrição, porém o uso de todas possibilitaria uma descrição mais completa.

Ainda segundo o mesmo não havia por partes dos arquivistas que se reuniram para a criação da ISAD(G) a ideia de criar outras normas, pois o modelo de descrição que

predominava na época era de utilização de uma única descrição para descrever um fundo arquivístico,

Começando com a descrição mais geral e, em crescente especificidade, as partes do fundo, as partes das partes, e assim por diante. Todos os atributos dos documentos em um fundo, e o contexto da produção e uso dos documentos, eram combinados em uma descrição, com os diferentes elementos descritivos entrelaçados para formar uma descrição compreensiva e completa. A descrição cobria, assim, os documentos como tais, bem como aquilo que com o tempo viemos a entender como o contexto do documento: o produtor, funções e atividades, e entidade custodiadora. (FONSECA, 2013, p. 103).

Porém conforme as discussões foram se desenvolvendo percebeu-se as vantagens de separar os componentes da descrição, inclusive com a própria ISAD(G) suscitando esse tipo de ideia, haja vista que a própria norma sugeria que fossem mantidos pontos de acesso usando os métodos de controle de autoridade, mantendo separados os componentes do restante da descrição. Ainda segundo Fonseca, quanto a isso,

É feita menção na ISAD(G) à intenção de desenvolver a norma que seria denominada ISAAR(CPF) e publicada dois anos depois (International Council on Archives, 1994a, p. 3). O grupo de trabalho que desenvolveu a ISAAR(CPF) foi na verdade designado em 1993, antes do lançamento da ISAD(G). Este grupo de trabalho concentrou-se em separar os “pontos de acesso” na descrição arquivística do restante da descrição. Mais especificamente, o grupo concentrou-se nos nomes dos produtores dos documentos: uma vez separados, as descrições dos documentos e as descrições dos nomes podiam ser *mantidas* independentemente e *interrelacionadas* conforme apropriado (International Council on Archives, 1994b, p. 7). Para os usuários, as peças interrelacionadas da descrição poderiam ser unidas para formar uma descrição completa. (FONSECA, 2013, p. 103).

Portanto o que se pode depreender é que a utilização das quatro normas possibilitaria uma descrição mais completa dos arquivos.

No contexto brasileiro em 2001, fora criada pela portaria n. 56 de 30/09/2001 a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA)<sup>10</sup>, com o objetivo de:

Elaborar normas nacionais de descrição em consonância com as normas internacionais. Para isso, além de procurar acompanhar as experiências de outros países, atua na divulgação de informações, no levantamento de dados e na promoção de debates, de modo a estimular a participação da comunidade arquivística. Tem por integrantes representantes de instituições arquivísticas e de ensino superior localizadas em território nacional (CONARQ, 2001)

Das reuniões e discussões dessa câmara que contou com membros integrantes de arquivos estaduais ou de outras instituições que já utilizavam a ISAD(G) e a ISAAR/CPF em

---

<sup>10</sup> Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/camaras-tecnicas/ctnda/365-ctnda.html>>. Acesso em 29 de abr de 2017.

suas práticas, foi instituída pela Resolução nº 28 de 17 de fevereiro de 2009<sup>11</sup> a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), enquanto uma norma que:

Estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD (G) e ISAAR (CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária. (CONARQ, 2009).

Cabe destacar que a NOBRADE não se constituía como uma reprodução da ISAD(G) e da ISAAR/CPF, mas sim buscava adaptar estas normas a realidade específica do país, o que se mostra um grande desafio, uma vez que são bastante plurais as experiências arquivísticas das instituições brasileiras.

A NOBRADE bem como a ISAD(G) e a ISAAR/CPF, demanda uma padronização de procedimentos tanto em sistemas de arquivos quanto nas entidades custodiadoras, porém não impõe formatos de entrada e saída de dados em sistemas de descrição automatizados ou manuais, mas sim estrutura a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando a mínima interferência na forma em que as descrições são apresentadas. Sendo assim cabe a cada instituição estabelecer quais recursos de descrição serão utilizados, bem como o formato a ser dado aos seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas indispensável o uso dos elementos de descrição obrigatórios.

Cabe salientar também que esta norma se pauta no princípio de respeito aos fundos e na descrição multinível, enquanto aquela que,

Levando em consideração a estrutura de organização de um acervo, permite a recuperação das informações dos documentos que o integram, do mais genérico ao mais específico, estabelecendo relações verticais e horizontais entre eles. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67)

Por fim se verifica a importância de uma iniciativa nacional de padronização e um esforço de divulgá-la nas palavras de Fonseca,

Não é uma norma perfeita; como todas as normas, ela precisa ser revista, precisa ser aprimorada. No entanto, ela é um passo decisivo no sentido da melhoria da qualidade técnica do trabalho do arquivista no Brasil e temos tentado divulgá-la ao máximo, inclusive por meio de uma série de oficinas de apresentação e discussão da norma. (FONSECA, 2007, p.11)

---

<sup>11</sup> Disponível em < <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/270-resolucao-n-28,-de-17-de-fevereiro-de-2009.html>> Acesso em 29 de abr de 2017.

O processo de normatização embora tenha sido muito importante para a comunidade arquivística por estabelecer diretrizes para as atividades relacionadas a organização arquivística, a exemplo da descrição, e por facilitar a troca das informações entre os acervos e o acesso às informações por parte dos usuários, sobretudo no contexto atual da Sociedade da Informação em que apresenta grandes possibilidades de intercâmbio e acesso, foi alvo de críticas por parte de teóricos que se debruçam sobre o tema.

Nesse aspecto cabe apontar os trabalhos de Herrera, Alonso e Cortés (*apud* Lopez), Velloso, e Silva e Orrico, que através das suas análises identificaram problemas no processo de normatização da descrição arquivístico em diferentes pontos de vista.

Herrera (*apud* Lopez) infere que já no processo de elaboração da ISAD(G), em sua primeira versão houve problemas, uma vez que países ficaram de fora das discussões acerca da elaboração da norma, nesse sentido houve

Um total descompasso entre os países representados na Comissão ad hoc, responsável pela elaboração da norma, e os grandes produtores de documentos em nível mundial. A situação agrava-se com a ausência de representantes de países cuja tradição teórico-metodológica na discussão arquivística não é desprezível, como a Itália, por exemplo. Experiências de diferentes nações ficaram completamente à margem da elaboração de uma norma com pretensões de alcance mundial. (LOPEZ, 2002, p. 17)

E ainda Herrera indica que há,

A utilização de uma bibliografia extremamente reduzida — e redundante — como base teórica para a elaboração da norma. Esses problemas de representatividade — que acarretam também problemas de divulgação — comprometeram a intenção de que a norma aprovada em 1993 fosse o resultado de uma ampla rediscussão, em nível mundial, do rascunho iniciado em 1988. (LOPEZ, 2002, p. 17)

Com a revisão da ISAD(G), houve um aumento da participação dos países, como já apresentado o exemplo do Brasil, porém segundo Lopez (2002, p17) ainda se faz necessário um aprofundamento maior sobre a questão da normalização terminológica, como por exemplo, o autor destaca que,

O entendimento espanhol da definição de série apresentada pelo CIA em teoria não comporta o estabelecimento de séries temáticas, alfabéticas ou cronológicas, as quais, todavia, são incluídas nos exemplos da norma, apresentando uma certa confusão entre as atividades arquivísticas de classificação e de ordenação. (LOPEZ, 2002, p. 17)

Outra crítica apresentada por Lopez através das falas de Herrera e Alonso se refere à falta de uma definição mais precisa das atividades de classificação arquivística. Segundo a

primeira autora existe “a ausência de qualquer conceituação de definir os grupos e as coleções” (LOPEZ, 2002, p.18). Dessa forma,

A definição de tais termos nos parece fundamental dentro das atividades de classificação, por se referir à relação existente entre os documentos e seus produtores, conforme o princípio da proveniência. Na realidade, a maior preocupação da norma está em satisfazer as demandas de consulta, limitando o vínculo orgânico das unidades documentais apenas ao fundo de arquivo. A proveniência, como sabemos, identifica a organicidade entre os documentos e as atividades que os produziram, configurando uma relação hierárquica dentro do fundo arquivístico, a qual não é contemplada pela ISAD (G). (LOPEZ, 2002, p.17)

De acordo com a segunda autora os estudos de tipologia documental, que estabelecem possibilidades de inserção de diferentes espécies documentais hierarquizadas são relegados a segundo plano pela ISAD(G), havendo uma priorização das pequenas unidades e de seu conteúdo. E ainda, conforme Alonso “a tipologia é o eixo principal do sistema e o seu conhecimento deverá ocorrer dentro dos princípios arquivístico” e não:

Por meio de sistemas feitos em função da informação pedida pelos consulentes. [...] O consulente deve conhecer o método de busca com os dados que o arquivista lhe oferece e que, em poucos casos, pode e deve descer até a unidade. (LOPEZ, 2002, p.19)

A norma por priorizar o acesso e a demanda dos usuários em detrimento da organicidade do acervo é visto por Cortés “como um desvio de cunho biblioteconômico e documentalístico”. Para a autora,

Há na ISAD (G) o risco de perda da idéia de globalidade dos fundos arquivísticos; há também uma distinção entre administração e história que ignora o dinamismo da teoria arquivística das três idades, isto é, ignora que o documento corrente de hoje se tornará o permanente de amanhã. Nesse sentido, deve-se questionar sobre a pertinência da aplicação da descrição ISAD (G) aos arquivos correntes ou intermediários. (LOPEZ, 2002, p.19)

Lucia Maria Velloso de Oliveira em sua tese de doutorado apresenta como questão problema a análise da tendência normalizadora da descrição arquivística e seu impacto para a compreensão da descrição como uma função científica. Segundo a mesma, a adoção de padrões de descrição é problemática, uma vez que no discurso da padronização promovido pelos pesquisadores e pelas entidades representativas da classe, não é perceptível uma compreensão de que ao ser ignorada a cientificidade da descrição arquivística, é ignorada também a cientificidade do trabalho do arquivista que exerce essa função.

O arquivista na ação de descrever os documentos realiza um exercício de análise que engloba tanto o conhecimento dos princípios da área, como dos próprios documentos, nas

características internas, com relação ao seu conteúdo, tipologia etc, quanto externas como contexto de produção, ações, funções, etc. Dessa forma ao empreender esse tipo de investigação o arquivista atua como pesquisador.

Ainda conforme Velloso (2012, p.59) padronizar a descrição arquivística é por essência impossível, haja vista que fere a natureza do próprio trabalho e/ou do próprio conceito de arquivo. Nessa perspectiva destaca que:

- 1) Os arquivos são o extrato das ações e funções de instituições e pessoas;
- 2) Arquivos são únicos e são objeto da Arquivologia;
- 3) O respeito às diferenças e a manutenção das especificidades dos arquivos ao longo do tempo demonstram a autenticidade do conjunto;
- 4) O profissional de arquivo é pesquisador dos arquivos e deve não só reconhecer as especificidades dos mesmos, mas torna-las visíveis para a sociedade por meio dos processos de representação como o arranjo documental e a descrição;
- 5) O trabalho, por parte do arquivista, de produção de conhecimento sobre um acervo é estruturado na metodologia da área;
- 6) No mundo contemporâneo, os arquivos produzidos representam uma sociedade ambivalente, diversificada, composta por organizações estruturadas em modelos muitas vezes não convencionais e por pessoas com papéis sociais diversificados e muitas vezes efêmeros.
- 7) 93% dos documentos produzidos na atualidade são produzidos em ambiente digital. Esse quadro influi nos diversos elementos que compõem a questão da descrição arquivística, como os mecanismos de acesso às informações, as relações com os usuários mediadas pela internet etc. Na sociedade onde os documentos são produzidos em ambiente digital e inúmeros recursos encontram-se disponíveis para viabilizar o acesso às informações, os usuários dos arquivos se diversificam, são mais autônomos e anseiam por um serviço de referência e por mecanismos de acesso que possibilitem agilidade e independência.

Dito isso percebe-se que a realidade dos arquivos enquanto resultado das ações, funções, atividades de uma entidade ou produtor é plural o que torna o processo de padronização complexo, além de que este pode apagar o legado científico do trabalho de pesquisa do arquivista. E ainda segundo Velloso,

O reducionismo produzido pela veiculação das normas de descrição arquivística promove um hiato entre os arquivos (objeto) e os instrumentos de pesquisa (produtos). Além disso, as fórmulas ignoram os princípios arquivístico em sua magnitude considerando que apenas com a identificação do produtor do arquivo a questão arquivística estará resolvida. Na sequência dos equívocos, verificamos que o vínculo arquivístico restringe-se à identificação da relação entre a unidade de

descrição e o nível da descrição. Bem como o contexto arquivístico resume-se na elaboração de verbetes sobre a história do produtor do arquivo. (VELLOSO, 2010, p. 152)

Por último Silva e Orrico questionam a capacidade das normas de permitirem a interoperabilidade de sistemas e a criação de descrições consistentes. Além de pressuporem “que há o entendimento hegemônico sobre a descrição arquivística centrada no objeto a ser “descrito”, desassociado da própria finalidade disso – o acesso, que envolve a noção de usos que devem ser antevistos para que possam ser viabilizados.” (SILVA e ORRICO, 2013).



### 2.3 Instrumentos de Pesquisa em Arquivos

Conforme apresentado anteriormente, a Arquivologia é um campo de conhecimento recente e em construção e enquanto tal não se encontra consolidada em muitos de seus conceitos, apresentando por consequência problemas de definição terminológica.

Com relação aos instrumentos de pesquisa, segundo Calderón (2003), não há um consenso por parte dos autores de uma terminologia, levando a situações em que esta “usada para caracterizar os instrumentos de arquivo é bastante diversificada, chegando a ser utilizada uma mesma forma significativa para situações extremamente diversas”. (RIBEIRO, 1998, p.29 *apud* CALDERÓN, 2003, p.30)

Porém de acordo com a mesma a Arquivística vem estabelecendo iniciativas que superem esse cenário, como as da UNESCO e do CIA, que visam o estabelecimento de termos mais precisos que traduzam de forma uniforme os conceitos, inclusive em referência aos instrumentos.

A primeira iniciativa internacional data de 1931 e partiu do Comitê Consultivo Permanente de Arquivistas, da Sociedade das Nações, porém foi com a criação do CIA em 1950 que as preocupações ganharam fôlego e obras foram publicadas. Em 1964 foi publicado o Elsevier's Lexicon of Archive Terminology que passados vinte anos, fora substituído pelo Dictionary of Archival Terminology, que recebeu duras críticas da comunidade arquivística por privilegiar as realidades francesas e anglo-saxônicas, sendo deste modo revisado e uma nova versão foi publicada em 1988, se estabelecendo ainda enquanto o léxico da terminologia arquivística em nível internacional. (RIBEIRO, 1992, v.2, *apud* CALDERÓN, 2003, p.31).

No Brasil foi com a criação da Associação de Arquivistas Brasileiros em 1971 que a questão terminológica ganhou força. Sendo o primeiro trabalho realizado “por um grupo de profissionais com o objetivo de superar os equívocos decorrentes do uso de manuais e traduções estrangeiras” (DANNEMANN et al. 1972 *apud* CALDERÓN, 2003, p.31).

Um primeiro glossário foi constituído e submetido à apreciação crítica da comunidade Arquivística no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, mas, apesar dos esforços para criar esse instrumento terminológico para contemplar as especificidades da realidade brasileira, ainda por um longo período, os arquivistas brasileiros continuaram utilizando a literatura estrangeira. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 *apud* CALDERÓN, 2003, p.31).

Porém cabe esclarecer que houve contribuições próprias por parte de teóricos brasileiros com relação à terminologia. Em 1988 fora publicado o Dicionário de Terminologia

Arquivística, correspondente a uma tradução do já destacado Dictionary of Archival Terminology, iniciativa que teve como responsáveis Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Miguéis.

Um ano após, foi instituído por um grupo de alunos do Curso de Especialização em Arquivologia, da Universidade Federal da Bahia o Dicionário de Termos Arquivísticos e em 1990 sobre a supervisão do Arquivo Nacional através de uma Comissão de Terminologia Arquivística foi elaborado um dicionário de termos arquivísticos, que, porém não foi publicado.

Por fim ainda em 1990 surge outra iniciativa, a do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, que recebeu “a apreciação crítica da comunidade interessada e foi publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros. Seis anos depois, esta obra foi revisada e publicada como Dicionário de terminologia arquivística. Esta revisão objetivou adequar melhor a obra à realidade arquivística brasileira” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 *apud* CALDERÓN, 2003, p.32).

Como o advento dos dicionários terminológicos, e com o avanço da profissionalização dos arquivistas no Brasil, a descrição passou a contemplar a contextualização dos documentos, em detrimento de descrevê-los de forma individualizada, promovendo uma alteração na terminologia dos instrumentos de pesquisa que deixaram de agregar instrumentos que se apresentavam de forma mais pormenorizada para dar lugar aos mais gerais. Nesse sentido segundo Lopez, a mudança se dispôs conforme o quadro a seguir:

| <b>TERMINOLOGIA ANTERIOR</b>                                                                                                                                                 | <b>TERMINOLOGIA ATUAL</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Guia                                                                                                                                                                         | Guia                      |
| Inventário sumário                                                                                                                                                           | Inventário                |
| Inventário Analítico<br>(seguia o ordenamento da série)                                                                                                                      | Catálogo                  |
| Catálogo sumário<br>(sem necessidade de seguir o ordenamento da série, realizava apenas uma referência dos documentos, segundo os critérios eleitos: tema, data, nomes, etc) | Catálogo                  |
| Catálogo analítico<br>(sem necessidade de seguir o ordenamento da série, realizava uma descrição detalhada dos documentos de acordo com os critérios selecionados)           | Catálogo                  |
| Repertório                                                                                                                                                                   | Catálogo Seletivo         |
| Índice                                                                                                                                                                       | índice                    |

Fonte: Lopez, 2002.

Do ponto de vista conceitual no Brasil, em referência a atividade descritiva, mas precisamente aos instrumentos de pesquisa, cabe ressaltar segundo Calderón, os trabalhos de Danneman, Miguéis, Belloto e Lopez que trouxeram importantes contribuições nesse sentido.

Danneman (1972) se apresenta na análise da autora como pioneiro nas discussões, trazendo em seu trabalho definições dos diferentes tipos de instrumentos de pesquisa, quando não havia no Brasil nenhum trabalho que discutisse o tema.

Outro trabalho importante também apresentado é o de Miguéis (1976) que aborda as conceituações e finalidades e demonstra, com exemplos, a forma de elaboração dos instrumentos principais (guias, inventários, catálogos, repertórios) e auxiliares (índices e tabelas de concordância ou de equivalência). Neste aspecto

Este trabalho, sem dúvida, introduziu, no universo arquivístico brasileiro, informações sobre a prática da elaboração dos instrumentos de pesquisa, bem como serviu de base para reflexões posteriores sobre a tipologia desses instrumentos. (CALDERÓN, 2003, p. 35)

Em 1991 fora publicado o livro “Arquivos permanentes: tratamento documental”, uma importante obra de Heloisa Bellotto, que reúne diversas informações importantes para os arquivistas, trazendo inclusive questões sobre a descrição e os instrumentos de pesquisa, e orientações sobre como desenvolver a descrição e elaborar estes instrumentos.

Os dois trabalhos apresentam como instrumentos de pesquisa os guias, os inventários, os catálogos, os índices e os repertórios, porém apresentam algumas diferenças, como o de Miguéis (1976) que trás a tabela de equivalência, enquanto um instrumento que consiste no estabelecimento de relações entre as antigas e as novas notações de um conjunto documental que teve sua ordenação alterada e de Belloto que faz referência à edição de fontes, elaborada a partir da reprodução do texto integral.

Cabe ressaltar ainda como contribuição recente a de Lopez que entende os instrumentos de pesquisa como ferramentas usadas para descrever um arquivo ou parte dele, que orienta a consulta e determinam com exatidão quais são e onde estão os documentos. Para este autor, como já abordado, os instrumentos a serem utilizados são o guia, o inventário, catálogo, catálogo seletivo e o índice.

Após essa primeira parte de discussão conceitual, é importante ser apresentada a conceituação dos instrumentos de pesquisa e suas características. Estes podem ser incluídos em duas categorias, sendo a primeira, a de genéricos e globalizantes, na qual se inserem os quadros de fundo e os guias, e a segunda de parciais, por se referirem a parcelas do acervo, no

qual se inserem os inventários, os catálogos, os repertórios e os índices. (BELLOTTO, 1991, *apud* CALDERÓN, 2003, p.36).

Partindo dessa categorização, primeiro deve ser apresentado o guia, pois, ele é preferencialmente o primeiro instrumento a ser produzido, haja vista que permite ao usuário ter uma visão geral do acervo e da instituição que o produziu. Segundo alguns autores da área o guia é representado conforme o quadro a seguir:

| <b>ELSEVIER'S<br/>LEXICON OF<br/>ARCHIVE<br/>TERMINOLOGY</b>                                                                                                                                                                                               | <b>ANCONA LOPEZ</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <b>ZANATTA</b>                                                                                                                                                                                                                                                   | <b>CIA</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <b>NORMAS<br/>FRANCESAS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <b>BELLOTO</b>                                                                                                                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Apresenta uma visão de conjunto dos serviços de arquivo de modo a permitir ao pesquisador saber quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe, quais são as fontes complementares | Neste deverá constar desde as informações práticas, tais como o endereço da instituição, os telefones, o horário de atendimento etc, até as informações específicas sobre o acervo, como, por exemplo, os fundos e as coleções que ele possui, seu nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos etc. O guia também deve conter uma pequena introdução que apresente o histórico da instituição e explique o processo pelo qual seu acervo foi formado. | Os dados de um guia devem referir-se ao arquivo, ao acervo, aos serviços prestados, aos conjuntos das fontes contidas em seu acervo com potencial de informação histórica, bem como indicar outros instrumentos de pesquisa existentes ou em fase de elaboração. | No guia deve constar nome do arquivo, endereço, telefone, data e horário de consulta, feriados, informações sobre o pagamento ou não de taxas para consulta, se há empréstimo entre arquivos, se há laboratório de microfilmagem e aparelhos para leitura de microfílmes, nome do diretor e colaboradores, importância dos fundos documentais para a pesquisa, datas dos documentos mais antigos e as características do acervo (histórico ou não). | No guia deve figurar uma introdução com informações gerais e práticas, o histórico do arquivo e de seus fundos, os instrumentos de pesquisa da instituição, a descrição sumária dos fundos, da biblioteca auxiliar, dos serviços educativos, dos serviços de reprodução e a localização, em outros arquivos, de documentos cujo conteúdo esteja relacionado ao seu próprio acervo | Itens essenciais do guia: a introdução, as informações sobre o arquivo como instituição e os dados relativos aos serviços que presta. |

**Fonte:** Calderón (2003) e Lopez (2002)

Por fim cabe salientar que através do guia o usuário poderá programar a sua visita ao acervo, pois por esse ele terá condições de ter uma noção geral das condições de consulta ao acervo, quais os documentos que ele possui, quais as condições de acesso, entre outros aspectos.

Outro instrumento de pesquisa que deve ser desenvolvido seguido ao guia, é o inventário, que descreve parte do acervo (alguns fundos, algumas séries, uma série ou parte dela ou, ainda, uma unidade de arquivamento). Seu objetivo é

Descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação. Ao contrário do guia, os inventários devem, necessariamente, abordar conjuntos documentais com algum nível de organização do ponto de vista da classificação arquivística. A descrição das séries documentais de cada fundo é uma atividade fundamental para permitir o pleno acesso aos documentos de um arquivo. Uma boa descrição de cada fundo arquivístico permite que o pesquisador consiga detectar, preliminarmente, a possível existência e a localização de documentos de seu interesse. O acesso a um documento individual e específico ocorrerá mediante o conhecimento dos critérios de classificação e de ordenação interna das séries. (LOPEZ, 2002, p. 29)

Este instrumento apresentou uma classificação até os anos 90, de inventário **analítico** ou **sumário** que foi contemplada por alguns autores.

Dannemann et al. apresenta o inventário como “a descrição sistemática, mais ou menos detalhada, dos elementos que compõem um ou mais fundos de arquivo”, podendo ser classificado como preliminar ou sumário e analítico. (DANNEMANN ET AL, 1972, p. 43 *apud* CALDERÓN, 2003, p. 39)

Ainda conforme Miguéis (1976), o inventário engloba também essas duas categorias, apresentando-se enquanto o “instrumento do tipo arrolamento, cuja organização deve refletir exatamente o arranjo adotado para a disposição física do fundo (ou parte dele, como uma série, por exemplo)”. (MIGUÉIS, 1976, *apud* CALDERÓN, 2003, p. 39)).

Para Bellotto (1991) o inventário analítico era um instrumento produzido

Com base na descrição de um fundo que contemplava todos os itens de suas séries, ou ainda, apenas uma ou algumas séries e todas as suas unidades documentais. O critério para a ordenação dos verbetes<sup>12</sup> era o arranjo dado às séries, e o inventário poderia ser confeccionado no formato de quadro ou verbete. A opção por um ou por outro formato deveria ser feita em razão da existência ou não de uniformidade dos dados constantes nos documentos.

Nesse instrumento deveriam constar: prefácio e/ou apresentação, introdução e o corpo composto de verbetes. A introdução deveria ser elaborada pelo(s) autor(es) do inventário e teria a função de informar ao leitor sobre o porquê do tratamento unitário, sobre a não-uniformidade dos conteúdos dos documentos, sobre as técnicas usadas para a elaboração dos quadros dos verbetes e, caso houvesse algum grupo ou unidade documental que tivesse recebido tratamento diverso, isso também deveria ser ressaltado na introdução.

Os dados dos verbetes deveriam ter uma ordem interna, começando pela espécie documental, seguida do emissor, destinatário, função, ação, data tópica, data

---

<sup>12</sup> Verbetes é definido no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística para fins de instrumento de pesquisa como “resumo de uma unidade de descrição”.

cronológica, assinatura, quantidade de páginas, anexos e notação (BELLOTTO, 1991 *apud* CALDERÓN, 2003, p.39).

No tocante a categoria de inventário sumário, as séries deveriam “ser descritas como um coletivo e, via de regra, teriam um conteúdo administrativo” (CALDERÓN, 2003, p. 40), além de que sua estrutura interna deveria ser composta por uma introdução e os verbetes. Na introdução é apresentada a indicação da importância dos documentos a serem inventariados para a pesquisa, a explicação da forma e dos critérios de classificação adotados para a organização dos documentos em pauta, o delineamento e explicação do plano de classificação adotado e a definição terminológica dos conceitos empregados. (LOPEZ, 2002, p.29).

No caso dos verbetes, estes

Seguiriam a seqüência do arranjo e a ordem dos elementos, dentro do verbete, era iniciada com a caracterização diplomático-semântico-jurídico-administrativa do gênero documental ou da função administrativa que originou a produção/recolhimento dos documentos que compõem a série. Em seguida, seriam indicadas as datas-baliza, quantidade de documentos ou unidades de arquivamento, notação e observações quanto ao arranjo, se as houvesse (BELLOTTO, 1991 *apud* CALDERÓN, p. 40).

Na década de 90 o inventário deixou de ser classificado como analítico e sumário, passando a ser denominado apenas como inventário. Nesse aspecto este passou a ser entendido pelos autores conforme quadro a seguir:

| <b>CAMARGO e BELLOTTO</b>                                                                                                                                                              | <b>ANCONA LOPEZ</b>                                                                                                                                                               | <b>HEREDIA HERRERA</b>                                                                                                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de um ou mais de suas subdivisões toma por unidade a série, respeitada ou não a ordem de classificação. | Instrumento que descreve as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limites e os critérios de classificação e ordenação dos verbetes. | Instrumento composto de três classes de dados: os que se referem à localização da série, os que identificam e caracterizam esta série e os que a vinculam à sua origem |

Fonte: Calderón, 2003.

Ainda segundo Lopez o inventário se divide em duas partes distintas, a Introdução e o Corpo. Na introdução deve ser destacadas enquanto informação: 1) indicação da importância

dos documentos inventariados para a pesquisa; 2) explicação da forma e dos critérios de classificação adotados na organização dos documentos em pauta; 3) delineamento e explicação do plano de classificação adotado e 4) definição terminológica dos conceitos empregados. (LOPEZ, 2002, p. 32)

Com relação ao corpo, este deve apresentar como informações: 1) situação no plano de classificação (nome do fundo, grupo etc.); 2) nome da série e explicação de sua caracterização, quando necessário; 3) datas-limite e quantidade de documentos; 4) datas tópica e cronológica; 5) caracteres externos mais relevantes (número de páginas, formato, dimensão etc.); e por último 6) notação ou localização do documento. (LOPEZ, 2002, p. 31).

Após a elaboração do Guia e do Inventário devem ser elaborados os catálogos e os índices, enquanto instrumentos mais direcionados a auxiliar na localização específica das unidades documentais. O catálogo funcionará como um complemento do inventário em termos de descrição, uma vez que irá descrever cada documento, respeitando ou não a ordenação destes dentro da série. Quando necessário a descrição será individualizada, peça a peça, e contará com instrumentos de pesquisa divididos em duas partes: introdução e corpo. Segundo Lopez (2002, p. 32) o mais importante do catálogo é que “ele se atenha à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram”.

O catálogo assim como o inventário também recebeu inicialmente a denominação de **sumário** ou **analítico**. No sumário, os documentos pertencentes à série descritiva deveriam ser arrolados, mesmo que isso significasse descrever os documentos que fugissem ao critério de ordenação estipulado (temas, nomes de pessoas/instituições, locais). (BELLOTTO, 1991, p.129 *apud* CALDERÓN, 2003, p. 43), enquanto que no catálogo analítico, a representação descritiva era realizada para cada documento individualmente, inclusive seguindo-se a mesma sequência dos dados necessários à identificação e resumo dos inventários (BELLOTTO, 1991, p.129 *apud* CALDERÓN, 2003, p. 43).

Atualmente como se pode depreender a partir da análise de Lopez (2002) que demonstra as alterações ocorridas na nomenclatura, o que antes era denominado como inventário analítico, catálogo analítico e catálogo sumário, passou a se chamar apenas de catálogo.

A estrutura do catálogo segundo o mesmo autor deve ser constituída de introdução e corpo. Na introdução deverá constar além dos dados gerais da série (ou séries), levantados por ocasião da confecção do inventário, as seguintes informações: 1) explicação sobre a importância do catálogo e da descrição individualizada dos documentos em questão; 2)

contextualização da(s) série(s) escolhida(s) dentro das atividades do titular do fundo; 3) indicação dos critérios eleitos para a ordenação dos documentos na classificação e na descrição, caso haja diferença entre ambas. (LOPEZ, 2002, p. 32).

Com relação ao corpo, este pode ter tanto o formato de verbete, mais voltado para documentação muito diversificada, quanto o de tabela. Naquele deve constar as seguintes informações: 1) tipo documental (caso não esteja determinado na série); 2) título do documento (se houver); 3) emissor e destinatário (se for o caso); 4) função imediata do documento (objetivo para o qual foi produzido); 5) resumo ou descritores do documento; 6) datas tópica e cronológica; 7) caracteres externos mais relevantes (número de páginas, formato, dimensão etc.) e 8) notação ou localização do documento. (LOPEZ, 2002, p. 32)

Ainda cabe destacar o catálogo seletivo ou repertório, que descreve a partir do critério temático, “os documentos que ocupam no plano de classificação diferentes lugares, podendo agregar até mesmo documentos de fundos distintos.” (CALDERÓN, 2003, p.45).

Por fim, enquanto instrumento de pesquisa autônomo está o índice, que busca à rápida localização das unidades documentais, que atendam a critérios específicos, tanto de uma única série como de diferentes fundos, além de ampliar as formas de acesso, através de descritores dispostos em algum tipo de ordem como temática, geográfica, cronológica, etc.

Na elaboração dos índices, deve-se ter critério na escolha dos termos a serem usados, e é imperativo nessa elaboração o uso de vocabulários controlados e tesouros, contudo a maior forma de utilização dos índices é integrada aos demais instrumentos, visando uma ampliação do acesso aos documentos.

Perante a realidade caótica de acúmulo de documentos a serem descritos e de escassez de recursos, inclusive humanos, para desenvolver tal atividade, é importante que haja diretrizes que contribuam para um trabalho mais eficiente. Dito isso a elaboração de instrumentos de pesquisa deve se basear em critérios prefixados, como a importância histórica, a estrutura e dimensão do fundo, as correntes historiográficas dos fundos e os recursos humanos do arquivo. Porém destaca-se que os dois primeiros critérios são absolutos, ou seja, imprescindíveis na elaboração dos instrumentos.

Na atualidade é interessante a proposta de Andrade (2008) de uma nova geração de instrumentos de pesquisa, distintos dos tradicionais apresentados, que não se constituem dos formatos tradicionais e de um suporte físico, e que compartilham das características encontradas em aplicativos que fazem parte da chamada Web 2.0<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup>Web 2.0 é a rede como plataforma, abrangendo todos os dispositivos conectados; aplicações Web 2.0 são aquelas que oferecem a maioria das vantagens intrínsecas à plataforma: disponibilização de software com



A web 2.0 amplia as possibilidades de intercâmbio e acesso as informações, com a liberação de dados e conteúdos, promovendo uma postura mais ativa dos usuários, na qual estes deixam de apenas recuperar as informações podendo participar e inseri-las, com o compartilhamento de ideias e conteúdos, com a comunicação entre os usuários, etc.

Nesse contexto a criação das representações é feita de forma compartilhada<sup>14</sup>, em que os usuários podem estar contribuindo, e o resultado não é mais os instrumentos de pesquisa tradicionais finalizados e esgotados em si, mas sim

Teríamos uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência, em constante construção e revisão, nunca finalizadas por conta da dinâmica que envolve o processo de representação da informação e nunca esgotadas em si, pela natureza de rede que adquire da plataforma internet. (ANDRADE e SILVA, 2008, p.28)

Diante do exposto pode-se depreender uma evolução no conceito e na prática da descrição arquivística, que antes era mais voltada para o controle dos documentos e hoje se volta para o objetivo principal da Arquivologia que é o acesso.

Como desdobramento do seu desenvolvimento surgiu à proposta de normatização que visava o estabelecimento de diretrizes que possibilitariam uma padronização das atividades relacionadas à organização arquivística, inclusive a descrição, e que facilitaria um intercâmbio entre os acervos e do acesso dos usuários.

Porém esse empreendimento atualmente está sendo alvo de questionamentos por parte da comunidade arquivística, e diversos autores têm realizado críticas a sua implantação, uma vez que este tipo de proposta não dá conta das especificidades dos arquivos nem em termos nacionais, e tampouco internacionais, além de estar desatualizado frente aos desafios que o atual contexto tecnológico acarreta para a área e para suas práticas.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, enquanto o produto da descrição arquivística, estes também se desenvolveram com o tempo, deixando de ter uma perspectiva mais minuciosa no qual se voltavam para a descrição dos itens documentais, para se debruçarem sobre o contexto arquivístico dos documentos.

---

serviço de atualização, que se aperfeiçoa quanto maior é o uso que se faz dele; consumo e interação de dados de múltiplas fontes, incluindo usuários individuais, que oferecem seus próprios dados e serviços de maneira a permitir re-integração por outros; criando efeitos de rede por meio de uma “arquitetura de participação”; indo além da metáfora de página da web 1 ao oferecer ao usuário experiências mais ricas (REILLY, 2005, p. 1, *apud* ANDRADE, 2008, p.25).

<sup>14</sup> Um exemplo conhecido desse tipo de perspectiva é o site Wikipédia enquanto uma proposta de uma enciclopédia multilíngue, de licença livre, baseada na *web* e escrita de maneira colaborativa. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina\\_principal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal)> Acesso em: 17 de mai 2017.

Atualmente com as possibilidades que as tecnologias trazem, começa-se a cogitar a utilização de novos instrumentos que permitam uma maior interação com os usuários.

Nesse aspecto nos fica a seguinte pergunta: *Diante desse contexto de evolução da descrição arquivística e de seus instrumentos e das inúmeras possibilidades que as tecnologias trazem para a área, que tipo de estratégias as instituições no Brasil estão desenvolvendo para disponibilizar os seus acervos?*

No próximo capítulo, portanto será apresentada a iniciativa do CPDOC, uma importante instituição brasileira para estudos retrospectivos sobre a história recente do país, através da análise empírica da descrição arquivística de um dos seus fundos, o do João Goulart, em dois dos seus instrumentos de pesquisa, o Guia de Arquivos e a base de dados Accessus de forma que a problemática anterior possa ser atendida.

Para tal também será discutido o papel do CPDOC enquanto instituição custodiadora e do fundo João Goulart enquanto arquivo, além de ser analisada a sua representação no nível de fundo na NOBRADE.

### **3 ANÁLISE EMPÍRICA**

Conforme vimos na parte conceitual houve um desenvolvimento da descrição arquivística, tanto através do processo de normatização e dos instrumentos de pesquisa enquanto seus produtos.

Isso de certa forma se relaciona ao novo contexto tecnológico que apresenta inúmeras possibilidades de recursos para as instituições que podem disponibilizar o seu acervo online, e de intercâmbio e interação com os usuários e de facilidade de acesso para esses últimos.

Dessa forma neste capítulo será realizada uma análise empírica da instituição Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), através de um dos seus fundos, nesse caso do ex-presidente João Goulart, de forma a ser identificada a sua estratégia de disponibilização de sua documentação na web, através de dois de seus instrumentos de pesquisa, o guia e a base de dados Accessus.

Primeiro será apresentado o CPDOC enquanto uma instituição de custódia, depois será analisado o fundo João Goulart enquanto arquivo e como este é representado na NOBRADE, e posteriormente será realizado o exercício empírico de exploração dos seus instrumentos de pesquisa.

#### **3.1 O CPDOC enquanto instituição custodiadora**

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi criado na década de 1970, dentro de uma conjuntura de fundação de diversos cursos de pós-graduação no Brasil que levou a um aumento da demanda por fontes primárias que suprissem as pesquisas acadêmicas, sobretudo relacionadas aos arquivos pessoais.

Atrelado a isso houve a criação dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia, que levou a um aumento na preocupação com a preservação e organização dos documentos.

Nesse aspecto nessa época além do CPDOC foram criados outros centros de documentação de memória, como por exemplo, o Arquivo Edgard Leuenroth e o Centro de Memória na Unicamp, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP e a Casa de Oswaldo Cruz.

O CPDOC foi criado logo no início da década de 1970, em 1973, sendo a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, além de fazer parte do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas.

Surgiu com a finalidade de abrigar conjuntos documentais (reunindo, preservando e dando acesso) relevantes da história contemporânea brasileira pós 1930, de desenvolver pesquisas na sua área de atuação bem como promover cursos de graduação e pós graduação.

Cabe destacar a importância do centro para o reconhecimento de que os acervos privados fossem vistos como um material de interesse para a pesquisa, e não apenas para os seus produtores ou suas famílias. Isso segundo Gonçalves (2007, p.15) “funciona como uma monumentalização do acervo e é usado como argumento para a doação – por meio do acervo transformado em monumento, permanece a memória de seu produtor”.

Embora tenha sido pensado inicialmente enquanto centro de documentação o CPDOC, passou com o tempo, como já destacado, a desenvolver pesquisas, se dividindo em outros setores como o de documentação, de pesquisa e o de ensino. É interessante nesse ponto destacar, que o próprio acervo do centro era usado como fontes pelos pesquisadores da casa para suas pesquisas.

O acervo foi constituído inicialmente de dois importantes fundos para a história do Brasil recente, os arquivos pessoais de Getúlio Vargas, doados em Junho do mesmo ano de criação do centro, e os de Oswaldo Aranha doados em outubro daquele mesmo ano.

Inicialmente a constituição do acervo era basicamente de fundos de personalidades da elite política, porém com o tempo isso foi se modificando. Nesse aspecto cabe ressaltar a importância de Celina Vargas do Amaral Peixoto, uma das fundadoras do centro, que recebeu de sua mãe Alzira Vargas do Amaral Peixoto<sup>15</sup> a doação do arquivo de Getúlio Vargas, seu avô.

No ano de 1981 em uma palestra Célia Reis Camargo, na época coordenadora do Setor de Documentação relata a experiência do centro em organizar os fundos de Vargas e Aranha que demonstra a realidade do acervo naquele contexto:

O total de unidades documentais era de 110 mil documentos, e a equipe ficou mobilizada durante praticamente dois anos para trabalhar esse material. E esse trabalho de dois anos se prolongou. O tempo é mais ou menos longo de tratamento, mas o trabalho consistia numa busca, que parecia indispensável, de estabelecer diretrizes para o tratamento de arquivos privados e, basicamente, de arquivos pessoais, no máximo familiares, pois eles têm uma especificidade dentro de uma

---

<sup>15</sup> O arquivo de Alzira Vargas de Amaral Peixoto, bem como de Ernâni do Amaral Peixoto (cônjuge de Alzira) pertencem ao acervo do CPDOC.

área mais ampla de arquivos privados, que incluem arquivos de instituições<sup>16</sup>.(CAMARGO 1981, p59 *apud* GONÇALVES 2007, p.16)

Atualmente a realidade do centro é bem diferente, levando a esta instituição ser um dos mais importantes acervos de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrando mais de 200 fundos que totalizam 1, 8 milhão de documentos dos quais um milhão já se encontram disponíveis para consulta na sua base de dados Accessus.

Cabe ainda destacar da sua história, que em 1974 foi elaborado pelo CPDOC o Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro, uma obra de referência acerca da história do Brasil do período pós- 1930 que teve um grande sucesso se esgotando rapidamente após seu lançamento. Após essa primeira versão foram lançadas mais três, uma em 1980, outra em 2001 e por fim em 2010. Este dicionário trás verbetes que podem ser consultados através da base de dados Accessus.

Em 1988 o CPDOC, lançou o primeiro número de sua revista, a Estudos Históricos, uma publicação semestral de caráter multidisciplinar. Posteriormente em 1994 o centro edita os Informativos Eletrônicos de Ciências Sociais, História e Arquivologia, que objetivam divulgar as atividades e pesquisas dessas áreas.

Com o projeto Brasil em transição: um balanço do final do século XX, a instituição foi reconhecida em dezembro de 1996 como o núcleo nacional de excelência na área de história contemporânea no país dentro do Programa de apoio a Núcleos de excelência (Pronex) do Ministério de Ciência e Tecnologia. Através de outro projeto intitulado de Direitos e Cidadania a instituição foi reconhecida em 2003 mais uma vez como sede de um novo projeto Pronex.

Por fim cabe destacar que em 2003 o centro inaugurou atividades de ensino, com a criação de um programa de pós-graduação em História, Política e Bens Culturais e em 2005 foi ampliada o seu escopo de atuação no ensino com a criação da Escola Superior de Ciências Sociais que iniciou em 2006 o curso de Graduação em Ciências Sociais.

Como pode ser observado na página inicial do site do CPDOC, são encontradas na parte superior oito abas referentes às atividades desenvolvidas pela instituição, cabendo ressaltar entre elas as já destacadas, ensino e pesquisa, além da referente ao acervo que ao ser selecionada irá direcionar os usuários a percorrerem o caminho que vai levá-los ao acesso aos documentos, através do guia de arquivos e da consulta a base de dados Accessus.

---

<sup>16</sup> CAMARGO, Célia Reis. A experiência do CPDOC. In: Encontro de Fotografia e Memória Nacional, I., 1981, São Paulo. Rio de Janeiro: CPDOC, 1981. 34f. p. 59

Figura 1- Página Inicial do CPDOC.

**FGV CPDOC**

Principal Sobre o CPDOC Ensino Pesquisa Produção Acervo Relações Internacionais Convênios Internacionais

**CPDOC**  
O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. [Mais](#)

**Coordenação do CPDOC em São Paulo**  
Avenida Paulista, 1471, 1º andar • São Paulo • SP  
Tel: (11) 3799-3755

**Escola de Ciências Sociais**  
Bacharelado em Ciências Sociais | Licenciatura em História  
- Grade e corpo docente

**PPHPBC | Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais**  
- Grade  
- Corpo docente

**VESTIBULAR FGV**

**CINECLUBE FGV**

**DIA FGV**  
Inscreva-se nos eventos:  
RJ | 3/6 SP | 19/8

**VII Ateliê do Pensamento Social**  
Intérpretes do Brasil - estratégias de leitura  
Inscrições de trabalho: até 10 de junho de 2017  
14 e 15 de setembro de 2017 • LAPES/CPDOC/FGV • Prédio EESP • FGV São Paulo

**Atlas Histórico do Brasil**  
A história do Brasil em mapas, gravuras e documentos

**NOSSAS REDES | + COMPARTILHE**  
Twitter Facebook YouTube LinkedIn Instagram

**NOTÍCIAS E EVENTOS**  
**Sessão Cineclube: Prata da casa: imagens do feminino**  
O Cineclube FGV apresenta curtas-metragens onde a atuação feminina se mostra, ao mesmo tempo, invisível e de fundamental importância. Acontecerá no dia 08 de junho de 2017, às 14h. Praia de Botafogo, 190 - Fundação Getúlio Vargas, Botafogo, Rio de Janeiro.  
**Nas tramas das identidades: Práticas sociais e imagens do trabalho no corte de cana**  
Palestra com Jaime Santos Jr (UFABC) e comentários de Mário Grynzspan (UFF). No dia 08 de junho às 14:00h, Praia de Botafogo, 190 - Auditório 1014. Botafogo, Rio de Janeiro.  
**Introdução do futebol em Belo Horizonte: constituição do campo esportivo local e conexões com a dinâmica nacional (1904-1921)**  
Palestra com Raphael Rajão Ribeiro (doutorando PPHPBC/FGV). Dia 12 de junho de 2017, às 16h, sala 207, Bloco P, Campus Gragoatá, Universidade Federal Fluminense (UFF)  
**Lançamento do livro: "Torcidas organizadas na América Latina: estudos contemporâneos"**  
Organizado por Bernardo Buarque (CPDOC/FGV) e Onésimo Rodriguez (Universidade de Costa Rica). O lançamento será no dia 13 de junho de 2017, às 18h, na Rua do Ouvidor, 37 - Centro, Rio de Janeiro, Livraria Folha Seca.  
**Edital de Produção Audiovisual**  
Edital para realização de documentários promovido pelo

**EM DESTAQUE**  
**Construindo um Judiciário responsável: acervo de História Oral sobre o CNJ**  
Este projeto visa estudar a institucionalização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com base em entrevistas concedidas pelos conselheiros das duas primeiras gestões do órgão (2005-2007 e 2007-2009). [Conheça. NOVO!](#)  
**Dimensionamento dos impactos sociais das UPPs em favelas cariocas**  
Esta pesquisa tem como objetivo avaliar as UPPs em 20 favelas cariocas, a partir da realização de um survey domiciliar com moradores em 2014 e uma segunda rodada realizada em 2015/2016. Os dados da amostra contam com 100 entrevistados em 20 favelas, totalizando 2.000 entrevistas. [Os resultados estão disponíveis.](#)  
**Memória do Cinema Documentário Brasileiro**  
Projeto que tem como objetivo produzir uma série de depoimentos que, ao contar a vida e refazer as trajetórias de diretores importantes para o estabelecimento da cena cinematográfica no país, ajudem a revelar também a própria história do cinema nacional. [Saiba mais.](#)  
**Futebol, Memória e Patrimônio**  
Projeto de constituição de um acervo de entrevistas, com jogadores de futebol que participaram do selecionado brasileiro, em um total de dezenove edições de Copas do Mundo, entre 1930 e 2010. [Entrevistas disponíveis.](#)

Fonte: < <http://cpdoc.fgv.br/> > Acesso em 06 jun 2017.

O CPDOC, ainda que não se constitua como uma instituição arquivística, no sentido estrito do termo, se configura como tal, haja vista a sua importância na organização, preservação e difusão de seus acervos, ainda mais com a preocupação de torná-los acessíveis através do seu *website*. Além de se apresentar enquanto uma entidade custodiadora no sentido atribuído pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, que define enquanto entidade custodiadora aquela que “é responsável pela custódia e acesso a um acervo”.

Além disso, a instituição faz parte do Cadastro de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, instituído pela resolução nº 28 do CONARQ, com o objetivo de fornecer o

código previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), denominado código de entidade custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), que torna possível a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos no país. Através do cadastramento e fornecimento do CODEARQ, as entidades de custódia têm disponíveis no site do CONARQ, informações básicas sobre a instituição, como o endereço, a missão institucional, a caracterização dos acervos, as condições de acesso, os dias e horários de funcionamento e serviços de reprodução.

Por fim cabe destacar a respeito do acervo da instituição, que este compreende documentos de diferentes tipologias como cartas, fotografias, documentos de trabalho, registros de viagens, diários, diplomas, comprovantes e recibos, e por conta da atuação política de muitos de seus titulares há uma predominância por correspondências de caráter oficial, relatórios, pareceres, discursos, despachos, atos e diplomas. Além dos documentos textuais, o acervo abriga também documentos em variados suportes, tais como fotografias, cartazes, discos e filmes.

Alguns exemplos de acervo são: Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Arquivo Anísio Teixeira, Arquivo Café Filho, Arquivo Ernesto Geisel, Arquivo Eurico Dutra, Arquivo Getúlio Vargas, Gustavo Capanema (algumas séries), Arquivo João Goulart<sup>17</sup>, e etc.

O CPDOC disponibiliza para consulta ao seu acervo online de dois instrumentos de pesquisa, o guia de Arquivos a base de dados Accessus<sup>18</sup>.

Cabe destacar ainda que há uma parte do acervo que não integra esses dois instrumentos de pesquisa que está reunida na Coleção de Documentos Avulsos (CDA), que se trata de fontes textuais, visuais, sonoras, ou impressas, de volume bastante reduzido em relação ao conjunto documental do centro, resultantes de doações eventuais e de prospecções desenvolvidas em instituições diversas por pesquisadores do CPDOC.

### **3.2 Acervo João Goulart como arquivo**

Este tópico do segundo capítulo referente à parte empírica tem por objetivo apresentar o acervo João Goulart como arquivo, tanto no seu aspecto conceitual enquanto um arquivo pessoal, quanto na forma como é apresentado na NOBRADE.

---

<sup>17</sup> Este arquivo (fundo) como já destacado será analisado mais detalhadamente nos próximos tópicos deste capítulo.

<sup>18</sup> Ambos os instrumentos de pesquisa também serão analisados detalhadamente nos próximos capítulos.

Dito disso, para que se compreenda o fundo João Goulart como arquivo é preciso analisar este conceito e mais precisamente o de arquivo pessoal no qual aquele se enquadra.

Na lei nº 8159, a chamada lei dos arquivos, importante instrumento legal da área que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, por arquivo público se compreende “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”. (BRASIL, 1991, art.7) e por arquivo privado “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”. (BRASIL, 1991, art.11).

Ainda segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, outro instrumento importante para a normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico e que trás outra definição do que é arquivo, neste, arquivo é encarado como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27).

Com base na análise destas definições o que se pode depreender é que arquivo é visto como um conjunto de documentos, e estes registram e representam uma atividade, uma ação, bem como estão relacionadas a funções e processos e vinculados a uma missão. Por utilizarmos estes termos, atividade, ação, funções, processos e missão, segundo Oliveira (2010) por muito tempo os arquivistas só enxergavam como arquivo os que contemplavam documentos produzidos em âmbito corporativo, o que acabava por excluir os arquivos pessoais e seus conjuntos documentais.

Por arquivos pessoais conforme aponta a mesma autora, compreende-se o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. (OLIVEIRA, 2010, p.35). Nesse aspecto analisando a definição trazida por Oliveira, identifica-se que desta última concepção para as anteriores o que se altera é apenas o produtor que deixa de ser uma instituição passando a ser um indivíduo ou família, porém o caráter de produção, acumulação e custódia dos documentos e destes representarem um produto de atividades se mantém.

Além disto, os documentos dos arquivos pessoais apresentam as cinco características intrínsecas dos documentos de arquivo, que são a autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade. Os documentos são únicos; são autênticos por serem aquilo que afirmam ser; são o produto de atividades profissionais ou de negócios, bem como de relações



familiares e sociais; são acumulados no curso das transações e mantém relações orgânicas entre si.

A compreensão de que os arquivos podem ser utilizados para outros fins que não o para o qual se destinam, contribuem para o entendimento de que os arquivos pessoais são arquivos, uma vez que eles podem através de seus documentos servirem como fonte de pesquisa histórica, antropológicas, cultural, na construção da memória de uma sociedade, para servir de testemunho de uma época, servindo como

Valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública. (CPDOC, Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>> Acesso em: 23 de mai 2017)

Porém não são quaisquer arquivos que são preservados para este fim, ou de acordo com Oliveira,

Não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área de conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade; são arquivos de homens e mulheres que se destacaram ao longo da história de uma sociedade. (OLIVEIRA, 2010, p.41)

E ainda, segundo a mesma cabe ao arquivista

Identificar as conexões entre os documentos e o que representam, preservar esses documentos de forma que seu sentido inicial, referido em sua produção, seja mantido e tornar acessíveis esses acervos aos mais diferentes usuários são desafios para o arquivista. (OLIVEIRA, 2010, p.41)

É dentro desse debate em que se corrobora com a visão de que o arquivo pessoal é arquivo, e do seu papel como um conjunto de documentos que apresenta importantes valores secundários como já apontado, que o fundo João Goulart se configura enquanto um importante arquivo pessoal que abarca documentos que permitem não apenas conhecer a história desse personagem, enquanto um ex-presidente da república do país, mas também o contexto de uma época.

Partindo da questão conceitual já compreendendo o fundo João Goulart como um Arquivo pessoal, é interessante ser analisada a forma como este arquivo é representado na

NOBRADE e posteriormente como ele é descrito e disponibilizado tanto no Guia de Arquivos quanto na base de dados Accessus.

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística é estruturada em oito áreas de descrição<sup>19</sup>, sendo a primeira delas a de Identificação, que tem como objetivo Identificar a unidade de descrição, sendo esta dividida em cinco elementos, que são: Código de Referência, Título, Data(s), Nível de Descrição e Dimensão e suporte.

Quanto ao fundo João Goulart nessa primeira área ele é apresentado de forma bastante objetiva, sendo preenchidas as informações relacionadas aos cinco elementos. É interessante notar que as informações visam mais um aspecto físico e quantitativo de descrição do fundo em detrimento de um aspecto mais qualitativo que vise características ligadas à natureza dos documentos.

**Figura 2 – Área de Identificação nível fundo da NOBRADE**

NÍVEL FUNDO

**1 Área de identificação**

|                          |                                                                  |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------|
| 1.1 Código de referência | BR CPDOC JG                                                      |
| 1.2 Título               | Arquivo João Goulart                                             |
| 1.3 Data(s)              | 1950-1975                                                        |
| 1.4 Nível de descrição   | (1) fundo                                                        |
| 1.5 Dimensão e suporte   | Textuais 1m; Bibliográficos 0,10m; Iconográficos 136 fotografias |

Fonte: < [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf) > Acesso em 06 jun 2017.

A segunda Área a de Contextualização objetiva identificar o produtor, ou no caso de haver mais de um os produtores da unidade de descrição. Essa é composta do Nome(s) do(s) produtor(es), história administrativa/biografia, história arquivística e procedência.

Com relação a esta área no que tange ao fundo João Goulart, também é interessante destacar que todos os elementos são descritos, e chama a atenção a forma como é apresentada tanto a História administrativa como a Arquivística, uma vez que o seu objetivo de trazer

<sup>19</sup>As oito áreas que compreendem a estrutura da NOBRADE são: Área de identificação, Área de contextualização, Área de conteúdo e estrutura, Área de condições de acesso e uso, Área de fontes relacionadas, Área de notas, Área de controle da descrição e por último, Área de pontos de acesso e descrição de assuntos.

informações de forma sistematizada<sup>20</sup> é alcançado, pois ambas as descrições de forma sucinta com a utilização de apenas 247 palavras no caso da primeira e de 225 no caso da segunda, oferecem ao usuário um panorama sobre a vida daquele personagem bem como sobre o trajeto da documentação até chegar à instituição.

**Figura 3- Área de Contextualização nível fundo da NOBRADE**

| <b>2 Área de contextualização</b>      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)         | Goulart, João; Outras formas – Jango; Goulart, João Belchior Marques                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| 2.2 História administrativa/ Biografia | <p>Nasceu em 1º de março de 1919, no município de São Borja, no Rio Grande do Sul (Brasil), filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Seu pai, estancieiro em São Borja, era um dos proprietários da firma Vargas, Goulart, Gomes e Cia. Ltda. Em 1939, formou-se em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre (RS), mas não exerceu a profissão. Em 1943, com a morte do pai, tornou-se responsável pela gestão dos negócios da família. Em 1945, após a eleição de Eurico Dutra para a Presidência da República, Jango ingressa na política através do presidente deposto Getúlio Vargas, participando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, do Rio Grande do Sul, do qual seria posteriormente presidente regional e nacional. Foi deputado estadual e presidente do PTB, no Rio Grande do Sul, de 1946 a 1950.</p> <p>Foi um dos principais articuladores da campanha de Vargas à Presidência da República, em 1950. Entre os anos de 1950 e 1960, foi uma das grandes lideranças políticas do país, tendo chegado à Presidência da República, após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, do qual era vice. Em 1964, foi deposto por um golpe de Estado, tendo se exilado no Uruguai. No exílio, além de se dedicar a atividades de empresário, foi um dos integrantes da chamada Frente Ampla, movimento político que articulou as principais lideranças políticas brasileiras, de oposição ao regime militar. Morreu em dezembro de 1976, em uma de suas fazendas, na Argentina.</p> |

<sup>20</sup> A primeira trata da trajetória do(s) produtor (es), da sua criação ou nascimento até a sua extinção ou falecimento e a segunda sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia. (CONARQ, 2016, p. 32)

### 2.3 História arquivística

Com o exílio do ex-presidente João Goulart, em abril de 1964, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o prof. Luiz Alberto Moniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias parte da documentação para elaboração do seu livro *O governo Goulart*. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa Beatriz Riff, no dia 28 de junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. Os documentos que ficaram com o prof. Moniz Bandeira foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponíveis para consulta. Comenta-se, ainda, sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Moniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.

### 2.4 Procedência

Parcela doada por Raul Riff, por meio de contrato em 1989; parcela doada por Luiz Alberto Moniz Bandeira em março de 2003.

Fonte: < [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf) > Acesso em 06 jun 2017.

A próxima área é a de Conteúdo e Estrutura, composta pelos elementos de Âmbito e Conteúdo, Avaliação, eliminação e Temporalidade, Incorporações e Sistema de Arranjo, que tem por objetivo fornecer aos usuários informações relevantes ou complementares ao título (1.2) da unidade de descrição. De certa forma pode-se inferir que com relação ao fundo João Goulart o objetivo dessa área foi alcançado, haja vista que através da leitura do que é descrito percebe-se do que se trata a documentação, quais as suas séries o que permite aos usuários identificarem se os documentos são pertinentes para uma pesquisa. Pode-se inferir também que essa área apresenta um aspecto mais qualitativo, uma vez que se debruça sobre a natureza dos documentos.

Arelado a isso se destaca que não há nenhum tipo de informação relacionada à Avaliação, eliminação e temporalidade, muito provavelmente por se tratar de um fundo de cunho permanente e de um personagem de suma importância para o país, além de também não ter nenhuma alusão as Incorporações, que pode ser resultado de não haver ocorrido nenhuma incorporação.

**Figura 4 - Área de Conteúdo e Estrutura nível fundo da NOBRADE**

### **3 Área de conteúdo e estrutura**

#### 3.1 Âmbito e conteúdo

A documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária, durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). Os documentos iconográficos apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. Os documentos bibliográficos dizem respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.

#### 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

#### 3.3 Incorporações

#### 3.4 Sistema de arranjo

O fundo encontra-se organizado em 11 séries: Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-mortem; Recortes de jornais; Fotografias; Bibliográficos.

Fonte: < [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf) > Acesso em 06 jun 2017.

Outra área é a de Condições de Acesso e Uso, composta de Condições de Acesso, Condições de Reprodução, Idioma, Características físicas e requisitos técnicos e Instrumentos de Pesquisa, e que é responsável por fornecer informação sobre as condições de acesso à

unidade de descrição e, existindo restrições, em que estatuto legal ou outros regulamentos se baseiam.

Esta área se apresenta de forma bastante objetiva, e trás informações pertinentes ao acesso e uso aos usuários, porém não trás nenhuma informação referente às Características Físicas e Requisitos Técnicos de uso. Porém de forma geral, ela dá conta do objetivo a que se propõe.

**Figura 5 - Área de Condições de Acesso e Uso nível fundo da NOBRADE**

#### **4 Área de condições de acesso e uso**

|                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4.1 Condições de acesso                           | Sem restrição de acesso                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| 4.2 Condições de reprodução                       | Os documentos textuais e bibliográficos podem ser reproduzidos por via eletrostática, fotográfica ou digital; os documentos iconográficos podem ser reproduzidos por meio fotográfico ou digital. No caso das fotos é necessária a assinatura de um "termo de cessão de uso de imagens". |
| 4.3 Idioma                                        | Português                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 4.4 Características físicas e requisitos técnicos |                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 4.5 Instrumentos de pesquisa                      | Guia de fundos do CPDOC e sistema Accessus, <i>on-line</i>                                                                                                                                                                                                                               |

Fonte:< [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf)> Acesso em 06 jun 2017.

Após aquela se encontra a quinta área referente às fontes relacionadas que abrange como elementos a Existência e Localização dos originais, Existência e localização de cópias, Unidades de descrição relacionadas e Nota sobre publicação. Esta área é responsável por indicar a existência e a localização, ou inexistência, dos originais de uma unidade de descrição constituída por cópias.

Com relação a esta área pode-se inferir que ela atende a seu objetivo proposto, pois de forma clara e objetiva apresenta informações sobre a localização dos originais bem como se há alguma documentação referente ao fundo presente em alguma outra entidade custodiadora. Nesse caso específico o usuário saberá onde procurar os demais documentos relacionados.



**Figura 6 - Área de Fontes relacionadas nível fundo da NOBRADE****5 Área de fontes relacionadas**

|                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|--------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5.1 Existência e localização dos originais |                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 5.2 Existência e localização de cópias     | Fotografias digitalizadas                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 5.3 Unidades de descrição relacionadas     | Parte do arquivo foi doada pela esposa do titular ao Arquivo Nacional (Brasil)                                                                                                                                                                                                    |
| 5.4 Nota sobre publicação                  | Bandeira, Moniz. <i>O governo João Goulart; as lutas sociais no Brasil – 1961-1964</i> . Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977. p.187. Navegando na História – dossiê Trajetória de João Goulart, disponível em <a href="http://www.cpdoc.fgv.br">www.cpdoc.fgv.br</a> |

Fonte:< [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf)> Acesso em 06 jun 2017.

A sexta área de notas através de dois dos seus elementos o Notas sobre Conservação e Notas Gerais fornece informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, visando orientar ações preventivas ou reparadoras. Nesse sentido apresenta um caráter mais quantitativo de descrição por se referir a aspectos físicos dos documentos e não sobre o seu conteúdo.

**Figura 7 - Área de Notas nível fundo da NOBRADE****6 Área de notas**

|                             |                                         |
|-----------------------------|-----------------------------------------|
| 6.1 Notas sobre conservação | Documentos em bom estado de conservação |
| 6.2 Notas gerais            |                                         |

Fonte:< [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf)> Acesso em 06 jun 2017.

Na sétima área de Controle da descrição, através dos seus elementos de Nota do Arquivista, regras ou Convenções, Data(s) da(s) descrição(ões) é possível obter informações sobre a elaboração da descrição bem como os nomes dos profissionais envolvidos no trabalho.

Com relação à descrição do fundo João Goulart nessa parte, ainda que haja uma indicação de bibliografia, poderia haver um aprofundamento maior em se descrever acerca do processo de elaboração da descrição do fundo e este ser mais bem detalhado para os usuários.

**Figura 8 - Área de Controle da Descrição nível fundo da NOBRADE****7 Área de controle da descrição**

|                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 7.1 Nota do arquivista           | O arquivo foi organizado de acordo com os procedimentos do CPDOC publicados em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. <i>Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC</i> . 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 104 p. Equipe: Pesquisador responsável – Célia Maria Leite Costa Estagiária – Viviane Marins Fagundes. |
| 7.2 Regras ou convenções         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões) | março-dezembro de 2003                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

Fonte:< [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf)> Acesso em 06 jun 2017.

Por fim, há a área de Pontos de acesso e indexação de assuntos que visa registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado. O fundo João Goulart nesta área é descrito de forma bastante objetiva sendo apresentados apenas os termos de uma possível busca sobre o seu acervo.

**Figura 9 - Área de Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos nível fundo da NOBRADE****8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos**

|                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos | Agradecimentos; anticomunismo; Argentina; asilo político; censura; Carlos Lacerda; campanhas eleitorais; crises políticas; Estados Unidos da América; felicitações e congratulações; Frente Ampla; golpe de 1964; governo Castelo Branco (1964-1967); governo Costa e Silva (1967-1969); governo João Goulart (1961-1964); greves; Guanabara; João Goulart; homenagens póstumas; imprensa; Inquérito policial mi- |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte:< [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf)> Acesso em 06 jun 2017



### 3.2.1 Descrição do João Goulart no Guia de Arquivos do CPDOC.

Como já abordado no capítulo anterior o Guia é o instrumento de pesquisa que apresenta uma visão geral do acervo da instituição que o produziu, através dele é possível que os usuários tenham a percepção de vários aspectos sobre a instituição e os acervos que a compõe como, por exemplo:

- 1) Os recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga;
- 2) Os instrumentos de pesquisa disponíveis para a consulta e quais são as fontes complementares;
- 3) Informações sobre a instituição como endereço, horários e telefone
- 4) Informações específicas sobre o acervo como os fundos e coleções que ele possui;
- 5) As condições físicas e jurídicas do acesso e as possibilidades de reprodução de documentos;
- 6) Uma introdução que apresente o histórico da instituição e explique o processo pelo qual seu acervo foi formado;
- 7) A existência de laboratório de microfilmagem e aparelhos para leitura de microfimes, nome do diretor e colaboradores, importância dos fundos documentais para a pesquisa, datas dos documentos mais antigos e as características do acervo, entre outros.

É através do guia que o usuário terá a primeira impressão acerca da instituição e dos seus acervos e o que vai despertar o seu interesse para acessar ou não os conteúdos disponibilizados. Em um cenário como o da Sociedade da Informação em que o acesso se apresenta cada vez mais dinâmico e facilitado é importante que as instituições busquem a melhor maneira de representarem os seus acervos para os usuários, sobretudo através dos seus instrumentos de pesquisa, a exemplo do próprio guia que atua como porta de entrada de acesso aos documentos.

Nesse sentido o CPDOC através do seu *website* trás um Guia de Arquivos virtual que disponibiliza informações sobre os diferentes fundos que o compõe. Este é acessado através da aba superior “Acervo” e do link encontrado na parte esquerda da tela como pode ser observado a seguir:

Figura 10- Página que dá acesso ao Guia de Arquivos.

The screenshot shows the FGV CPDOC website interface. At the top, there is a logo for FGV CPDOC and a navigation menu with options: Principal, Sobre o CPDOC, Ensino, Pesquisa, Produção, Acervo (highlighted), Relações Internacionais, and Convênios Internacionais. Below the menu, there are links for 'Accessus | Arquivos Pessoais', 'História Oral | Entrevistas', 'Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro', and 'Busca no acervo'. The main content area has a header 'Accessus - Documentos de Arquivos Pessoais' and a sidebar on the left with sections: 'O que são Arquivos Pessoais', 'Programa de Arquivos Pessoais', 'Guia dos Arquivos', 'Consulta à base', and 'Informações aos usuários'. The central text block is titled 'GUIA DOS ARQUIVOS' and contains the following text: 'O Guia dos Arquivos tem como finalidade fornecer aos usuários do CPDOC uma visão geral sobre cada um dos arquivos que integram o seu acervo.' and 'Clique no link abaixo e em seguida escolha da lista disponível o arquivo que deseja conhecer mais.' Below this text is a button labeled 'GUIA DOS ARQUIVOS'. To the right of the text, there are social media icons and a logo for 'Arquivo do Betinho é Memória do Mundo 2012'.

Fonte < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia>> Acesso em 08 jun 2017.

Ao clicar no link “Guia de Arquivos” é direcionado para a página do Guia onde primeiramente é apresentada a sua proposta enquanto instrumento de pesquisa e quais informações são disponibilizadas para os usuários. Dessa forma:

O Guia dos Arquivos tem como finalidade fornecer aos usuários do CPDOC uma visão geral sobre cada um dos arquivos que integram o seu acervo. Para cada arquivo aberto à consulta são informados os dados biográficos do titular, incluindo sua formação acadêmica e as principais atividades exercidas ao longo de sua vida pública. Com relação ao acervo apresentam-se os tipos e quantidades de documentos, um breve relato do histórico de sua constituição e uma análise do conteúdo da documentação.

A única parcela do acervo do CPDOC que não integra o Guia dos Arquivos nem a base de dados Accessus é a que está reunida na Coleção de Documentos Avulsos (CDA). Trata-se de fontes textuais, visuais, sonoras, ou impressas, de volume bastante reduzido em relação ao conjunto documental do Centro, resultantes de doações eventuais e de prospecções desenvolvidas em instituições diversas por pesquisadores do CPDOC. (CPDOC, disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/guia/>> Acesso em 14 de Jun 2017)

Dito isso, quando é feita a opção pelo arquivo João Goulart é apresentado um panorama através de 10 seções com informações sobre a vida, formação, atividades, os tipos documentais existentes, histórico, entre outros aspectos que permitem aos usuários terem uma noção do universo documental que o arquivo abarca.

## Figuras 11 - Fundo João Goulart no Guia de Arquivos do CPDOC.



### Guia dos Arquivos do CPDOC

#### João Goulart

Sigla: JG

#### Dados Biográficos

**Título:** João Belchior Marques Goulart

**Filiação:** Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart

**Nascimento:** 1/3/1919, São Borja, RIO GRANDE DO SUL, Brasil

**Cônjuge:** Maria Teresa Fontela Goulart

#### Formação Acadêmica

Ensino Superior (graduação), Direito, Faculdade de Direito, Porto Alegre (RS), 1939

#### Principais Atividades

Deputado estadual, Partido Trabalhista Brasileiro 1946,1950  
 Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro 1951,1951  
 Secretário estadual, Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul 1951,1952  
 Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro 1952,1953  
 Presidente, Partido Trabalhista Brasileiro 1952,1964  
 Ministro de Estado, Ministério do Trabalho 1953,1954  
 Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro 1954,1954  
 Presidente, Senado Federal 1956,1961  
 Vice-presidente da República, Presidência da República 1956,1961  
 Chefe de delegação, Conferência Internacional do Trabalho 1958,  
 Chefe de delegação, Conferência da Organização Internacional do Trabalho 1960,1960  
 Presidente da República, Presidência da República 1961,1964  
 Vice-presidente da República, Presidência da República 1961,1961

#### Outras Atividades

Co-proprietário do jornal "Uruguai", de São Borja (RS); presidente do diretório do PTB, em São Borja (1946); presidente do diretório e da comissão executiva estaduais do PTB-RS (1950-1954); um dos articuladores da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República (1950); membro da delegação econômica enviada ao Leste europeu e ao Oriente, inclusive à República Popular da China (1961); um dos articuladores da Frente Ampla (1966); com o fim dessa Frente (1967), dedica-se à administração de suas propriedades localizadas no Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil.

#### Documentos Textuais

Manuscritos - 567

#### Documentos Impressos

Livros - 8  
 Periódicos - 7  
 Exemplares de Periódicos - 8  
 Artigos de Periódicos - 8

#### Documentos Audiovisuais

Iconografia  
 foto - 136

#### Histórico

Com o exílio do ex-presidente João Goulart, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil -CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o Prof. Luiz Alberto Muniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias, parte da documentação para elaboração do seu livro O governo Goulart. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa, Beatriz Riff, no dia 28 de Junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. E, finalmente, os documentos que ficaram com o Prof. Muniz Bandeira, foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponível para consulta. Comenta-se ainda sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Muniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.

#### Imagens do Acervo



**DOCUMENTOS TEXTUAIS:** os documentos foram organizados em nove séries: DOCUMENTOS PESSOAIS; PRESIDENTE DO DIRETÓRIO DO PTB/RS; PRESIDENTE DO PTB; MINISTRO DO TRABALHO; VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA; PRESIDENTE DA REPÚBLICA; EXÍLIO; POST-MORTEM e RECORTES DE JORNAIS. Apesar de cobrir quase todas as principais funções públicas do titular, a documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). **DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS:** as fotografias apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. **DOCUMENTOS IMPRESSOS:** o material impresso diz respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.

### Descrição do Conteúdo das Séries

|                                       |                                 |
|---------------------------------------|---------------------------------|
| <b>Documentos pessoais</b>            |                                 |
| <b>Datas-limite:</b> 1963 a 1976      | <b>Total de documentos:</b> 6   |
| <b>Exílio</b>                         |                                 |
| <b>Datas-limite:</b> 1964 a 1977      | <b>Total de documentos:</b> 324 |
| <b>Fotografias</b>                    |                                 |
| <b>Datas-limite:</b> 1951 a 1976      | <b>Total de documentos:</b> 136 |
| <b>Ministro do Trabalho</b>           |                                 |
| <b>Datas-limite:</b> 1953 a 1954      | <b>Total de documentos:</b> 108 |
| <b>Post Mortem</b>                    |                                 |
| <b>Datas-limite:</b> 1977 a 1999      | <b>Total de documentos:</b> 5   |
| <b>Presidente da República</b>        |                                 |
| <b>Datas-limite:</b> 1961 a 1996      | <b>Total de documentos:</b> 75  |
| <b>Presidente do PTB</b>              |                                 |
| <b>Datas-limite:</b> 1955 a 1961      | <b>Total de documentos:</b> 16  |
| <b>Presidente do PTB/RS</b>           |                                 |
| <b>Datas-limite:</b> 1950 a 1950      | <b>Total de documentos:</b> 3   |
| <b>Vice - presidente da República</b> |                                 |
| <b>Datas-limite:</b> 1956 a 1960      | <b>Total de documentos:</b> 30  |

Fonte < <http://www.fgv.br/cpd/doc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=JG> > Acesso em 14 jun 2017.

Com base na análise empírica do Guia de Arquivos, ou seja, do que ele oferece em termos de descrição e o que foi abordado anteriormente sobre a forma como o arquivo João Goulart é apresentado na NOBRADE o que pode ser depreendido é que aquele instrumento converge com a norma em alguns aspectos, uma vez que apresenta algumas semelhanças no que tange a estrutura.

O que pode ser observado em termos quantitativos é que todas as 10 seções do guia de alguma forma estão compreendidas nas 3 primeiras áreas que compõem a estrutura da NOBRADE, se for considerado que pelo menos 1 dos elementos de descrição dessas 3 áreas são encontrados no Guia ainda que não de forma idêntica. Nesse aspecto:

- 1) As seções “Documentos textuais”, “Documentos Impressos” e “Documentos Audiovisuais” têm relação com os elementos de descrição “Dimensão e Suporte” da Área de identificação da NOBRADE;
- 2) A seção “Histórico” do fundo assemelha-se aos elementos “História Arquivística” e “Procedência” da Área de Contextualização da NOBRADE;
- 3) As seções “Dados biográficos”, “Formação Acadêmica”, “Principais atividades” e “Outras Atividades” somadas se assemelham a “História Administrativa” da área de Contextualização da NOBRADE;
- 4) As seções “Análise da Documentação e “Descrição do Conteúdo das séries” são semelhantes a “Âmbito e Conteúdo” e “Sistema de Arranjo” da Área de Conteúdo e Estrutura da NOBRADE.

Porém cabe salientar que ainda que sejam semelhantes, há algumas diferenças de descrição entre a norma e o instrumento, como por exemplo, de conteúdo, com diferenças entre o período compreendido da documentação e as séries que compõe o acervo<sup>21</sup> bem como a própria apresentação do Guia de Arquivos com uma estrutura e layout diferentes, até porque cada um se destina a um público diferente, enquanto a norma se volta para os profissionais que atuam na descrição dos documentos, o guia está voltado para o público em geral.

De uma maneira geral ainda que o Guia de Arquivos não abarque todas as áreas trazidas pela NOBRADE e que são entendidas como importantes para a descrição e para o acesso, algumas podem ser encontradas em outras partes do site da instituição como, por exemplo, informações sobre acesso ao acervo e reprodução dos documentos, que podem ser encontrados no link “informações aos usuários”, bem como a informação dos instrumentos de pesquisas disponíveis para consulta que podem ser vistos através da aba “Acervo” como pode ser observado na figura 18.

Porém o mais importante deste instrumento de pesquisa é que ele é simples, objetivo, de fácil entendimento e apresenta um panorama sobre os diferentes arquivos disponíveis, e ainda que não abarque todas as informações que compreende a função de um guia, ele

---

<sup>21</sup> Como pode ser observado a norma apresenta 11 séries enquanto o Guia apresenta 9.

demonstra através do seu conteúdo um foco nos arquivos e nos seus documentos, e também embora não traga todos os elementos descritivos que são indicados pela norma brasileira, ele agrega os principais “História Administrativa”, “História Arquivística/Procedência” e “Âmbito e Conteúdo”<sup>22</sup>, que são responsáveis por tornar mais compreensível o contexto dos documentos, a sua proveniência<sup>23</sup> e organicidade<sup>24</sup>, informações bastante relevantes para aqueles que realizam a pesquisa e que são o objetivo da descrição arquivística.

Através da História Administrativa/Procedência o usuário tem a compreensão do contexto histórico, social, político, etc, em que a documentação se insere, uma vez que esse elemento, como já dito anteriormente, é responsável por oferecer informações sistematizadas sobre “a trajetória do produtor (es), da sua criação, ou nascimento até a sua extinção ou falecimento” (CONARQ, 2016, p.32). Com a História Arquivística é ampliada a visão do contexto com o acréscimo de informações acerca da proveniência dos documentos, e com o de “Âmbito e Conteúdo” é apresentado o conteúdo dos documentos, os tipos documentais, o contexto histórico, o que facilita a compreensão das possíveis relações entre a documentação.

### **3.2.2 Descrição do João Goulart na base de dados Accessus.**

Outro instrumento de pesquisa disponível para acesso aos documentos dos fundos do CPDOC é a Base de Dados Accessus. Seu acesso também é possível através da aba “acervo” conforme já apresentado da figura 18. Naquela é possível pesquisar cada um dos fundos que compõe o acervo, escolhendo um tipo de documento entre seis possíveis: textual, audiovisual, livro/folheto, capítulo de livro, exemplar de periódico, artigo periódico, tendo também a opção de selecionar todos. Ou ainda conforme destacado no site:

Accessus é uma base de dados constituída com o objetivo de propiciar um acesso mais rápido e eficiente às informações existentes no acervo documental do CPDOC. Composto de manuscritos, impressos, fotos, discos, filmes e fitas, esse acervo está estimado em um milhão e trezentos mil documentos, dos quais cerca de um milhão encontram-se referenciados na base Accessus. O usuário poderá fazer suas buscas pelo tipo dos documentos (textual, audiovisual, livros...), por assunto, título, autor e data de produção. Será retornada uma descrição detalhada dos documentos solicitados, com a possibilidade de visualização de todas

<sup>22</sup> Como já destacado no Guia de Arquivos eles apresentam outra nomenclatura, porém optou-se nesta análise final utilizar a da NOBRADE.

<sup>23</sup> Aqui entendido como procedência, origem, história da documentação.

<sup>24</sup> Ainda que se trate de documentos pessoais que não são reflexo de atividades e funções exercidas por uma entidade produtora ou acumuladora, trata-se de documentos que pertencem a um produtor no caso João Goulart e refletem as suas atividades e ações ao longo de sua vida, dessa forma os documentos refletem esse contexto e mantêm relações entre si.

as fotos do acervo – mais de 80.000 unidades - e dos documentos textuais dos arquivos que já foram digitalizados. (CPDOC, disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>> Acesso em 15 de jun 2017)

A base oferece dois tipos de consulta, a busca simples e a avançada, sendo a primeira a que o usuário coloca o arquivo que está procurando e pode escolher entre 4 opções, “Todos”, “Entrevista”, “Documento de arquivo pessoal” e “Verbete”, e ao selecionar essas primeiras opções elas se subdividem apresentando quais os tipos disponíveis daquela opção, como por exemplo a Entrevista que apresenta como opções as de “entrevista temática” e “entrevista biográfica”, o Documento de Arquivo Pessoal que oferece as opções de “manuscrito”, “impresso” e “audiovisual”, e por fim o Verbete que oferece as opções de “Temático” e “Biográfico”.

**Figura 12- Busca simples, arquivo João Goulart, opção entrevista.**

The screenshot displays the FGV CPDOC website's search interface. At the top, there is a navigation bar with links for 'Busca Simples', 'Busca Avançada', 'Login', and 'Cadastro'. Below this, the 'Busca Simples' section is active, featuring social media icons (Facebook, YouTube, Google+, SoundCloud, Twitter) and an 'Ajuda' link. The search form includes a text input field with 'joão goulart', a dropdown menu for 'Acervos' (currently showing 'Verbete' and 'TODOS'), a 'Tipo' dropdown set to 'TODOS', and a 'Número de itens por página' dropdown set to '30'. A 'Buscar' button is located to the right of the search form. Below the search form, there is a section titled 'Consulta ao acervo do CPDOC' with a small globe icon and text describing the database's content and access policy. The footer contains 'Termos de Uso', social media sharing icons, and contact information for CPDOC, including the address, phone numbers, and consultation hours. A copyright notice for Fundação Getúlio Vargas 2009 is also present.

Fonte <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>> Acesso em 15 de jun 2017).

Figura 13- Busca simples, arquivo João Goulart, opção entrevista/entrevista temática ou bibliográfica

**Busca Simples**

Busca: joão goulart

Acervos: Entrevista

Tipo: **TODOS** (dropdown menu open showing: TODOS, Entrevista Temática, Entrevista Biográfica)

Buscar

página 30

**Consulta ao acervo do CPDOC**

Documentos de Arquivos Pessoais, entrevistas de História Oral e verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: aqui você tem a possibilidade de realizar uma busca integrada ao acervo do CPDOC. O acesso é livre e gratuito.

Aproveite!

Termos de Uso

CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ - 22253-900 • Tels. (21) 3799.5676 / 3799.5677  
Horário da sala de consulta: de segunda a sexta, de 9h às 16h30

© Copyright Fundação Getúlio Vargas 2009. Todos os direitos reservados

Fonte <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>> Acesso em 15 de jun 2017.

A busca avançada apresenta os arquivos disponíveis, os tipos de documento, e as opções que cada tipo de documento oferta. Nesse aspecto:

| Textual                                                                                                                                                                                                                                                | Audiovisual                                                                                                                                        | Livro/ Folheto                                                                                                           | Capítulo de Livro                                                                                                        | Exemplar periódico                                                                                  | Artigo de Periódico                                                         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| É possível pesquisar por período de produção dos documentos por ano, selecionar os assuntos, as autoridades, ambos selecionando documentos contendo pelo menos 1 dos assuntos selecionados ou todos os assuntos simultaneamente, e por série/subsérie. | A pesquisa é feita por tipo (iconografia, som, imagens em movimento), por período de produção, assuntos, título, autoridades ou local de produção. | A pesquisa é feita por período de produção, autoridades, título (podendo ser por palavras ou frase completa) e assuntos. | A pesquisa é feita por período de produção, autoridades, título (podendo ser por palavras ou frase completa) e assuntos. | A pesquisa é feita por período de publicação e título (podendo ser por palavras ou frase completa). | A pesquisa é feita por período de produção, título, assuntos e autoridades. |

Fonte: Elaboração Própria.



Conforme consulta abaixo pode ser verificada através da opção textual o que é oferecido ao usuário, dessa forma através da escolha do arquivo e do tipo do documento o que aparece de opção é o que já foi destacado na tabela acima.

Figura 14- Busca avançada, Arquivo João Goulart, opção textual.

The screenshot displays the FGV CPDOC website's search interface. At the top, there is a navigation bar with links for 'Busca Simples', 'Busca Avançada', 'Login', and 'Cadastro'. Below this, the page title is 'Consulta à base de dados - Accessus'. There are social media icons for Facebook, Orkut, Google+, and Twitter, along with a link 'Sobre a consulta'.

The main search area is divided into two sections:

- Escolha 1 ou mais arquivos:** A list of names with 'João Goulart' selected at the bottom.
- Escolha o tipo de documento:** Radio buttons for 'Textual' (selected), 'Audiovisual', 'Livro/Folheta', 'Capítulo de Livro', 'Exemplar Periódico', 'Artigo Periódico', and 'Todas'.

Below these sections is a 'Saiba mais' link. The 'Textual' section is expanded, showing filters for:

- Período de produção dos documentos:** 'Ano: [ ] até: [ ]'.
- Assuntos:** A list box with 'Listar' and 'Remover' buttons.
- Selecionar documentos contendo:** Radio buttons for 'Pelo menos 1 das assuntos selecionadas' (selected) and 'Todas as assuntos simultaneamente'.
- Autoridades:** A list box with 'Listar' and 'Remover' buttons.
- Selecionar documentos contendo:** Radio buttons for 'Pelo menos 1 das assuntos selecionadas' (selected) and 'Todas as assuntos simultaneamente'.
- Série/Subsérie:** A list box with 'Listar' and 'Remover' buttons.

At the bottom of the search area, there is an 'Executar a consulta' button and a 'Número de itens por página' dropdown set to '30'.

The footer contains 'Termos de Uso', social media icons, and a 'Compartilhe' button. Contact information for CPDOC is provided: 'CPDOC | FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ - 22255-900 - Tel. (0) 21 3799.3676 / 3799.3677. Horário de sala de consulta: de segunda a sexta, de 9h às 16h30'.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal> Acesso em 15 de jun 2017.

Ao selecionar uma das opções de pesquisa o usuário é redirecionado para uma página em que são apresentadas as relações dos documentos em forma de lista, uma abaixo da outra, com uma pequena descrição informativa sobre do que se trata cada um dos documentos.

Figura 15- Busca avançada, Arquivo João Goulart, opção textual.

**FGV CPDOC**

Busca Simples Busca Avançada Login Cadastro

**Consulta à base de dados - Accessus**

Sobre a consulta

**Escolha 1 ou mais arquivos**

João Gomes Teixeira  
João Goulart  
João Luís Alves  
João Mangabeira  
João Mós  
João Pinheiro Neto  
João Punaro Eley  
José Américo de Almeida  
José Bonifácio de Andrada

**Escolha o tipo de documento**

Textual  
 Audiovisual  
 Livro/Folheto  
 Capítulo de Livro  
 Exemplar Periódico  
 Artigo Periódico  
 Todos

**Resultado Busca por texto/manuscrito** Saiba mais

**Foram encontrada(s) 69 ocorrência(s)**

**1 - JG dp 1963.12.02**  
Certidões, escrituras e procurações relativas aos bens pessoais de João Goulart.

**2 - JG e 1964.04.00/1**  
Entrevistas concedidas por João Goulart à imprensa brasileira, durante seu período de exílio no Urug...

**3 - JG e 1964.04.00/2**  
Documentos enviados por João Goulart, durante seu período de exílio no Uruguai, ao presidente do Para...

**4 - JG e 1964.04.00/3**  
Entrevista de Almino Afonso, ministro do Trabalho do governo João Goulart (jun de 1963-jan de 1964),...

**5 - JG e 1964.04.04**  
Cartas entre João Goulart e Doutel de Andrade, durante o período de exílio do primeiro no Uruguai, r...

**6 - JG e 1964.04.09**  
Documentos enviados a João Goulart, durante seu período de exílio no Uruguai, informando sobre a con...

**7 - JG e 1964.04.10**  
Documentos com manifestações de apoio enviados a João Goulart, durante seu exílio no Uruguai, logo após...

**8 - JG e 1964.05.00**  
Documentos referentes aos acontecimentos que culminaram com o golpe de 1964, entre os quais texto d...

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal?fun=JG&tud=MAN&de=&ate=&assun=&fassun=0&aut=&faut=0&ser=&subser=&itens=30 Acesso em 15 de jun 2017.

Ao clicar em uma das opções de documento, é apresentada a sua identificação com alguns dados de acordo com a sua tipologia documental, a exemplo de sua classificação, série, data de produção, quantidade de documentos que o compõe, microfilmagem, título, as autoridades relacionadas conforme o caso e um pequeno resumo da sua descrição. Cabe

destacar que nem todos os documentos estão digitalizados e descritos, em alguns só há a sua identificação.

Figura 16- Base de dados Accessus. Busca avançada, Arquivo João Goulart, opção textual/figura JG Dp 1963.12.02.

The screenshot displays the FGV CPDOC website interface. At the top, there is a navigation bar with the logo 'FGV CPDOC' and menu items: 'Busca Simples', 'Busca Avançada', 'Login', and 'Cadastro'. Below the navigation bar, the main heading reads 'Certidões, escrituras e procurações relativas aos bens pessoais de João Goulart.' There are social media sharing icons for Facebook, OpenID, Google+, and Twitter, along with a link 'Sobre a consulta'. The central content area is titled 'Manuscrito' and contains three expandable sections:
 

- Identificação:**
  - Classificação: **JG dp 1963.12.02**
  - Série: **dp - Documentos pessoais**
  - Data de produção: **02.12.1963 a 26.09.1976 (Data certa)**
  - Quantidade de documentos: **6 (20 folhas)**
  - Microfilmagem: **rolo 1 fot. 0001 a 0020** [Ver Documento](#)
- Arquivo:**
  - João Goulart (JG) [Saiba mais](#)
- Resumo:**

**Certidões, escrituras e procurações relativas aos bens pessoais de João Goulart.**

 Below these sections, there is a note: 'Para enviar uma colaboração ou guardar este conteúdo em suas pesquisas [clique aqui](#) para fazer o login.' At the bottom of the content area are two buttons: 'Voltar' and 'Nova consulta'. The footer of the page includes 'Termos de Uso', social media icons, and contact information for CPDOC: 'CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ - 22253-900 • Tels. (21) 3799.5676 / 3799.5677, Horário da sala de consulta: de segunda a sexta, de 9h às 16h30'. A copyright notice at the very bottom reads: '© Copyright Fundação Getúlio Vargas 2009. Todos os direitos reservados'.

Fonte: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/JG/textual/certidoes-escrituras-e-procuracoes-relativas-aos-bens-pessoais-de-joao-goulart>> Acesso em 15 de jun 2017

Nos documentos em que é possível a visualização o que pode ser observado é que a descrição é bem objetiva, e que existem diferenças sobre os procedimentos de organização dos diferentes fundos ou arquivos, podendo ser percebido que de uma descrição individual estabelecida em um primeiro momento, partiu-se para uma descrição de dossiês.

De forma geral a base de dados Accessus é objetiva e de fácil entendimento, porém ela não se estabelece enquanto um instrumento de pesquisa nos moldes do que foi apresentado no capítulo anterior, não apresentando grande parte dos elementos que compõem cada um desses instrumentos, bem como não converge com a NOBRADE em termos de descrição ainda que se podem ser visualizados alguns aspectos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu de uma busca em se compreender a subjetividade do exercício de representação dos arquivos empreendida por parte dos arquivistas, onde esta representação reflete a complexa relação entre os documentos e o(s) seu(s) produtor (es) e do exercício de mediação que aquele profissional desenvolve entre os documentos e os usuários, isso tudo dentro do cenário atual da chamada Sociedade da Informação, em que o contexto tecnológico se mostra bastante desafiador e dinâmico, mas que também apresenta um universo de possibilidades em termos de disponibilização de acervos. Procurou-se compreender como os acervos dos arquivos são disponibilizados neste contexto, como os instrumentos de pesquisas disponíveis são desenvolvidos e que tipo de descrição é desempenhada.

Dessa forma a preocupação em entender esse processo levou a um percurso que permitiu a compreensão do conceito de descrição e de seu desenvolvimento ao longo do tempo, que o fez amadurecer, haja vista não mais se relacionar a questões como de controle, mas sim se traduzir enquanto uma prática resultada de um exercício de análise do arquivista, que colocava este como pesquisador, e numa perspectiva de se buscar traduzir o contexto e conteúdo dos documentos, bem como foi possível entender o processo de normatização que adveio deste desenvolvimento e os instrumentos de pesquisa enquanto seu produto.

Para se atender a preocupação com o entendimento de como os arquivos são disponibilizados na conjuntura atual, foi confrontada a parte conceitual da descrição com a análise empírica de uma instituição referência em termos de disponibilização na web, que é o CPDOC, que permitiu que fosse atendido o questionamento inicial.

Nesse sentido, do ponto de vista arquivístico e empírico, no universo do CPDOC o que pôde ser observado com relação à descrição é que esta não se pauta totalmente na NOBRADE, e os elementos que compõe essa norma não se apresentam de forma organizada no momento da pesquisa do usuário (sendo identificados principalmente no nível de fundo) apenas ao ser explorado o site em diferentes partes, como nos próprios instrumentos de pesquisa.

No Guia de Arquivos, por exemplo, é possível identificar elementos descritivos como *História Arquivística e Procedência*, o que eles intitulam como Histórico; *Âmbito e Conteúdo* apresentado como Análise da Documentação e Descrição do Conteúdo das séries e *História Administrativa* que se mostra como a junção entre Dados biográficos, Formação Acadêmica, Principais atividades e Outras Atividades.

No site de forma geral podemos ter, por exemplo, elementos com relação a *Condições de Reprodução* sendo informada na opção de informações aos usuários e *Nota sobre Publicação* em um dossiê sobre João Goulart presente no site.

Com relação à base de dados Accessus também é possível perceber uma influência da NOBRADE, uma vez que é apresentada além do documento a informação das séries das quais eles fazem parte o que permite que o usuário tenha a compreensão de que aquele documento faz parte de um conjunto.

Apesar disso sustenta-se a idéia de que a base de dados do CPDOC não preza pela organicidade, pois apesar do destacado acima, num primeiro momento essa informação não se mostra explícita, uma vez que os documentos são disponibilizados de forma individual e não há nenhum tipo de descrição informativa ou uso de descrição multinível que possibilite aos usuários enxergar o fundo e as séries referentes ao João Goulart de forma clara.

Cabe destacar que o Guia de Arquivos acrescenta nesse sentido, porém um usuário que não tenha conhecimento da função desse instrumento poderá apresentar dificuldades de utilizá-lo.

Com relação à descrição dos conteúdos esta se mostra bastante objetiva e em certo sentido não convida o leitor a melhor investigar os documentos, o que talvez seja um reflexo do contexto em que esses foram descritos ou dos profissionais envolvidos neste trabalho. É importante, porém destacar a qualidade da digitalização dos documentos, que facilita bastante a sua leitura e análise.

Portanto com base em tudo que foi analisado entende-se que a não há por parte do CPDOC um diálogo com o arcabouço teórico e prático da Arquivologia, o que se traduz na ausência de seus conceitos e práticas nos instrumentos de pesquisa desta instituição, ainda que alguns elementos possam ser observados e que esta instituição se utiliza de uma metodologia própria para organização dos seus arquivos.

Nesse sentido que se pôde compreender é que não há uma convergência das práticas desempenhadas por essa instituição, no que tange a descrição, de forma absoluta, tanto em relação à normatização proposta pela NOBRADE, quanto aos instrumentos de pesquisa disponíveis.

Toda essa reflexão possibilitou responder ao questionamento inicial sobre como os acervos estão sendo disponibilizados na atualidade e de alguma forma também contribuíram para o entendimento de como a própria área da Arquivologia se mostra em termos de desenvolvimento, o que se traduz na prática cotidiana dos profissionais que estão à frente das instituições, a exemplo do CPDOC.

Ademais com este trabalho procurou-se contribuir para o debate sobre a descrição arquivística, que apesar de ser uma temática já bem trabalhada na área é bastante relevante, uma vez que como já destacado “é o coração do trabalho arquivístico”. (ANDRADE e SILVA, 2008, p. 17).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sobré; SILVA, Rubens R. G da. Aspectos teóricos e históricos da de descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referências. **Ponto de Acesso**. v.2, n.3, p.14-29, dez. 2008.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, T.H. B, TOGNOLI, N.T. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera. **Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural**. Marília: Fundepe, 2015, v. 3, p. 94-99.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **Instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes**: um estudo sob a ótica da análise documentária. São Paulo, 2003. 203f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2003.

CÂNDIDO, Gomes Gilberto. **A Representação da Informação do documento de arquivo**: perspectivas metodológicas para a elaboração de pontos de acesso. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2014.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à política. In. CASTELLS, Manuel; GUSTAVO CARDOSO (orgs). **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à ação política**. Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 439p.

DANTAS, Célia Medeiros. **Representação da Informação Arquivística**: uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade da Paraíba. Paraíba, 2015.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **A normalização da descrição arquivística**: avanços internacionais e a situação do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil, 1999.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Entrevista com Vitor Fonseca. **ACERVO**: Revista do Arquivo Nacional. Normas e terminologia em arquivos. v. 20, n.1-2 (jan./dez.2007). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.



GONÇALVES, Martina Spohr. **De procedimentos à metodologia**: políticas de arranjo e descrição nos arquivos privados pessoais do CPDOC. Pós graduação em organização, planejamento e direção de arquivos. Universidade Federal Fluminense/Arquivo Nacional. Niterói/Rio de Janeiro. 2007.

GUEGUEN, G.; FONSECA, V. M. M.; PITTI, D, V; GRIMOUARD, C, S. **Para um modelo conceitual internacional de Descrição Arquivística**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 26, Nº 2, p. 100 – 116 Jul./Dez.2013.

JARDIM, José Maria “A Pesquisa em Arquivologia”. VALENTIM, Marta Lígia, (org) **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília. Oficina Universitária; São Paulo. Cultura Acadêmica, 2012.

JIMERSON, Randall C. Arquivos para todos: A importância dos arquivos na sociedade. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008, p.27-44.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente**: a normalização descritiva e a ISAD(G). 81 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa / André Porto Ancona Lopez. - São Paulo. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ,Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, v. 2, 2003 p.210-23

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. A normalização da descrição arquivística e a organização do conhecimento. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 1; CONGRESO ISKO ESPAÑA, 11. **Anais...**Espanha, 2013. p. 1076-1086.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Nobrade**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.